

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

AMANDA DA SILVA BATISTA

**O espaço do livro interativo no desenvolvimento de coleções: estudo teórico
sobre bibliotecas públicas e escolares**

São Paulo

2024

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

AMANDA DA SILVA BATISTA

**O espaço do livro interativo no desenvolvimento de coleções: estudo teórico
sobre bibliotecas públicas e escolares**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Informação e Cultura da Escola de
Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo,
como critério para a obtenção do grau em Bacharel
em Biblioteconomia

Orientação: Waldomiro de Castro Santos Vergueiro

São Paulo

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Batista, Amanda da Silva

O espaço do livro interativo no desenvolvimento de coleções: estudo teórico sobre bibliotecas públicas e escolares / Amanda da Silva Batista; orientador, Waldomiro de Castro Santos Vergueiro. - São Paulo, 2024. 80 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Departamento de Informação e Cultura / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo. Bibliografia

1. Desenvolvimento de coleções. 2. Livro interativo. 3. Biblioteca pública. 4. Biblioteca escolar. 5. Livro-objeto. I. Vergueiro, Waldomiro de Castro Santos. II. Título.

CDD 21.ed. - 020

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e professores desde o ensino infantil por me mostrarem o universo dos livros e me incentivarem a ser uma criança leitora, que continuou no trajeto da leitura e hoje é uma adulta leitora. As bibliotecárias que encontrei pelo caminho e fizeram parte do meu descobrimento sobre os livros também foram fundamentais.

Agradeço aos professores do Departamento de Informação e Cultura da Universidade de São Paulo pelo descobrimento da profissão bibliotecária e de tudo que ela abarca. Em especial o professor Valdomiro Vergueiro, meu orientador e guia nesta monografia. À professora Ivete Pieruccini, que foi importante na minha vida acadêmica e primeiro deu à luz sobre o tema desta monografia, além de participar da banca; seu conhecimento foi essencial. E agradeço à professora Cibele Santos por participar da banca e pelo auxílio durante a graduação.

Agradeço também aos profissionais das instituições em que estagiei, principalmente Livia Gonçalves, por me mostrarem a prática do fazer bibliotecário e tudo que isso pode significar. O bibliotecário Antônio D'Angelo da Biblioteca Monteiro Lobato foi importante ao me receber e tirar dúvidas sobre a instituição. Por fim e não menos importante, gostaria de agradecer ao Rubens Brito por fazer parte da minha vida não só acadêmica como pessoal, pela ajuda, apoio, motivação e por não me deixar desistir.

*I cry at the start of every movie
I guess 'cause I wish I was making things too
But I'm working for the knife*

Mitski (2021)

RESUMO

Busca conceituar o Desenvolvimento de Coleções como prática teórica-metodológica e pontua seus elementos fundamentais, para assim relacioná-lo a uma coleção de livros interativos, como objeto de fruição e desenvolvimento da leitura e da ludicidade para crianças e adultos em bibliotecas públicas e escolares. Para tanto, adotou-se a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa como método, tanto sobre o conceito quanto sobre o objeto, partindo de um breve histórico, abordando as principais características e fornecendo alguns exemplos de livros interativos a fim de melhor ilustrar as possibilidades. Constatou-se que, sob as orientações gerais do Desenvolvimento de Coleções, é possível planejar e concretizar, de acordo com a realidade da biblioteca em questão e sua tipologia, uma coleção de livros interativos, ao tempo que a relação entre prática e objeto ainda é pouco explorada em pesquisas biblioteconômicas. Conclui que os livros interativos detêm potencial educativo e lúdico não apenas em âmbito do público e das instituições e seus contextos, como também pode e deve ser abordado em novas investigações oriundas da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Palavras-chave: Biblioteca Pública. Biblioteca Escolar. Desenvolvimento de Coleções. Livro interativo. Livro-objeto.

ABSTRACT

It seeks to conceptualize Collection Development as a theoretical-methodological practice and point out its fundamental elements, in order to relate it to a collection of interactive books as an object of enjoyment and development of reading and playfulness for children and adults in public and school libraries. To this end, a qualitative bibliographical research method was adopted, both on the concept and on the object, starting with a brief history, addressing the main characteristics and providing some examples of interactive books in order to better illustrate the possibilities. It was found that under the general guidelines of Collection Development it is possible to plan and implement a collection of interactive books, according to the reality of the library in question and its typology, while the relationship between practice and object is still little explored in library research. It concludes that interactive books have educational and recreational potential not only for the public and for institutions and their contexts, but can and should also be addressed in new Library and Information Science research.

Keywords: Public Library. School Library. Collection developmen. Interactive books. Object-book.

LISTA DE SIGLAS

ALA - American Library Association

BRAPCI - Base de Dados Referenciais de Artigos Periódicos em Ciência da Informação

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CRUESP - Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo

FEBAB - Federação Brasileira de Biblioteconomia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFLA - International Federation of Library Association and Institutions

MEC - Ministério da Educação e Cultura

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SNBP - Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diagrama de Baughman	24
Figura 2 - Modelo de Evans	25
Figura 3 - Margem central como moldura do espelho	43
Figura 4 - Livro Carrossel	44
Figura 5 - Livro Carrossel, por outra perspectiva	45
Figura 6 - "O que tem dentro da sua fralda", Guido Ban Genechten (2016). Livro com abas.....	46
Figura 7 - "O que tem dentro da sua fralda", Guido Ban Genechten (2016).	47
Figura 8 - Tabela taxonômica	48
Figura 9 - Intersecções das nomenclaturas do livro interativo.....	49
Figura 10 - Livro em tecido.	56
Figura 11 - Livro com dobraduras. Todos os animais tiveram seus sons/vozes trocados, mas a girafa fez tudo voltar ao normal com seu cocoricó.....	60
Figura 12 - Dobradura dos animais.	60
Figura 13 - Livro pop-up com E.V.A. e páginas que se abrem. As salamandras estão animadas e se encontram para a grande festa.	61
Figura 14 - Livro pop-up. Contém figuras com quais os leitores interagem e se movem, explicando ida ao dentista.....	61
Figura 15 - Livro com páginas em três partes, as quais podem ser divididas com combinações que criam novas figuras e situações.	62
Figura 16 - Livro com textura, apresentando os animais.	62
Figura 17 - Livro com abas. Mostra um gatinho procurando os amigos.....	63
Figura 18 - Combinação diferente.....	63
Figura 19 - Livro-imagem em formato de sanfona. Um lado ilustra o movimento da cidade, o outro conta sobre sua história	64
Figura 20 - Ao mover a aba da casinha para o lado, o cãozinho é encontrado.	64
Figura 21 - Texto e ilustrações sobre a cidade.	65
Figura 22 - Livro com sons, texturas e abas.....	65
Figura 23 - Elefante e porquinha descobrem que tem alguém olhando para eles.	67
Figura 24 - Elefante e porquinha descobrem que estão em um livro e a porquinha fica animada, o elefante fica chocado.....	67
Figura 25 - Os personagens brincam com o leitor e fazem ele dizer uma palavra por meio da leitura em voz alta. No fim, ficam tristes porque o livro acabou. Pedem para que o leitor releia.....	68
Figura 26 - A cebola se apresenta para o leitor.	69
Figura 27 - A cebola pede ajuda do leitor para se soltar e ser livre. Faz perguntas a ele.....	69
Figura 28 - A cebola comenta sobre seu medo de ser frita e conversa sobre isso com o leitor.	70
Figura 29 - Com a ajuda do leitor, a cebola consegue escapar do livro. Quando termina de ser destacada, ela se torna um brinquedo de papel, companheira para todos os moentos.	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Esquematização das faixas etárias das infâncias	53
Quadro 2 - Níveis de análise	55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Justificativa e hipótese	12
Objetivos	13
Metodologia	13
1. O DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES: CONCEITO E CONTEXTO	15
1.1 Etapas do processo de Desenvolvimento de Coleções	22
1.2 A questão da Biblioteca Pública	35
1.3 A questão da Biblioteca Escolar	38
2. O LIVRO INTERATIVO	42
2.1 A experiência leitora com o livro interativo	47
2.1.1 O livro interativo é (somente) para crianças?	51
2.2 Características e tipologias do livro interativo	59
3. DISCUSSÃO	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	77

INTRODUÇÃO

Muito antes de meu início na graduação, quando ainda frequentava os anos básicos de ensino, um objeto presente no contexto da Literatura e da Biblioteca despertava minha curiosidade: o livro interativo. Naquela época, o conceito deste objeto escapava à compreensão juvenil, enquanto, por outro lado, a tipografia, as ilustrações, os elementos táteis e a leitura, que é diferente daquela estruturada por blocos de textos, já capturavam a atenção. Foi, então, com o decorrer no curso de Biblioteconomia e as experiências contidas no ambiente acadêmico e naqueles de estágios, assim como as trocas com colegas de turma e com professores, que o livro interativo ressurgiu sob uma nova perspectiva, agindo agora como um elo entre a curiosidade tão ternamente despertada e a investigação científica empreendida na presente monografia.

Inicialmente, ao buscar referências na literatura sobre os livros interativos, termos como “livro-jogo”, “livro-brinquedo”, “livro-vivo”, “livro-carrossel” e “livro-objeto”, dentre tantos outros, fizeram-se presentes em uma corrente de sinônimos, sendo esse último aquele que abrange os demais, além de demonstrar maior frequência nas palavras-chave e com maior indício de interdisciplinaridade, tendo pesquisas oriundas de áreas como a Editoração, Letras e Design, por exemplo. Tais pesquisas discutem a estética, tipologias e formatos, construção editorial e impactos cognitivos diante do indivíduo leitor. Já aquelas mais ligadas aos eixos da Biblioteconomia e Ciência da Informação mostraram-se ausentes.

Complementarmente, ao buscar por livros interativos no catálogo online do Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo, os resultados foram escassos, sendo dois os mais significativos sob o foco da pesquisa: primeiro, o filtro “livro-brinquedo” para a identificação deste tipo de material nos acervos públicos do Estado, e então, a Biblioteca Monteiro Lobato, que é pioneira em Literatura Infantil e apresenta uma coleção infanto-juvenil de materiais interativos que podem ser - e foram - consultados com um agendamento prévio.

Desta forma, o impulso para relacionar o livro interativo com a Biblioteconomia, mais especificamente sob os fundamentos do Desenvolvimento de Coleções, delineou a problemática, a justificativa e a hipótese desta pesquisa, apresentadas a seguir.

Justificativa e hipótese

As tipologias de livros interativos, em seus diversos formatos, não apresentam forte presença na literatura biblioteconômica nacional, a qual traz resultados com tal objeto associado, senão sobreposto, pelo livro tradicional em discussões acerca de aspectos da leitura e o desenvolvimento de coleções - sem abordar o livro interativo. Esse tipo de material, por

suas características e a relativa novidade no meio acadêmico, pode servir como um atrativo para o público infantil, incentivando-o a conhecer as bibliotecas próximas e descobrir uma forma de leitura mais ativa, e para o público adulto que tenha dificuldades, resistências ou ausências quanto à leitura, já que a ludicidade destas obras surge como um ponto de interesse para seja (re)descoberto o seu caminho.

No mais, é válido atentar que os livros interativos não são disponibilizados com frequência nos acervos das Bibliotecas Públicas ou Escolares, seja pelo custo ou por serem considerados impróprios para o manuseio rotineiro de crianças em diferentes idades. Já quando presentes, servem majoritariamente como material expositivo. Diante disso, a hipótese de que o processo de Desenvolvimento de Coleções surge como fundamental para pensar em novas definições e composições de coleções, ou seja, colabora para planejar aquelas que podem vir a ser e para manter a Biblioteca como um organismo vivo e em crescimento que deve ser.

Objetivos

O objetivo geral busca compreender e delinear a definição e a trajetória do Desenvolvimento de Coleções, como processo, e do livro interativo, como objeto, destacando assim seus elementos particulares e relacionando-os. Já o específico, evidenciar o potencial do livro interativo, integrado a uma coleção presente na Biblioteca Escolar e na Biblioteca Pública. Pretende-se assim traçar um panorama quanto à potencialidade nessas duas tipologias de biblioteca.

Metodologia

A pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa guia este trabalho, sendo descrita por Severino (2007, p. 122) como “[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores” e utilizando-se de “[...] dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores”. Tais dados, delimitados pela literatura nacional, foram escassos quanto à proposta de relação da presente pesquisa. Relação esta que implica em duas frentes investigativas: uma quanto ao livro interativo, a fim de traçar a evolução e os principais elementos que o definem e diferenciam, e outra quanto ao Desenvolvimento de Coleções, a fim levantar referencial quanto a seu percurso histórico, etapas no processo e aplicabilidade no contexto da Biblioteca Escolar e da Pública, tomando o livro interativo como objeto central.

A busca ocorreu em cinco fontes, selecionadas tanto pela familiaridade com seus mecanismos quanto pelo alcance de resultados:

1. a base de dados da BRAPCI, referencial e abrangente na reunião de artigos de periódicos em Biblioteconomia e Ciência da Informação;
2. o portal de periódicos da SciELO, uma das principais fontes digitais com publicações abertas da América Latina e Caribe;
3. o Repositório de Produção Científica do CRUESP, com trabalhos das Universidades Estaduais Paulistas;
4. o Google Acadêmico, pelo alcance de sua indexação;
5. a Busca Integrada da Universidade de São Paulo, a qual engloba todos os materiais disponíveis em seus acervos físicos e digitais.

Já os termos e os operadores utilizados foram: livro interativo, livro *and* interação, livro-objeto, “desenvolvimento de coleções”, “desenvolvimento de acervo” e livro interativo *and* desenvolvimento de acervo. Por fim, a seleção dos materiais bibliográficos ocorreu de acordo com a coerência temática entre a literatura pesquisada e a proposta desta monografia.

1. O DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES: CONCEITO E CONTEXTO

A princípio, pensar em Desenvolvimento de Coleções parece uma tarefa simples e rotineira, autoexplicativa como sua nomenclatura sugere e relativa à escolha de materiais e a disposição dos mesmos no acervo. Contudo, trata-se de um processo fundamental, ininterrupto e interligado a outros processos dentro da unidade na qual é executado, mais complexo por ser formado por etapas que exigem planejamento e coerência, além de ser necessário para que o acervo seja consistente como um organismo vivo e de requerer bibliotecários responsáveis que excedem a imagem de meros guardadores de livros, atuantes como gestores de Recursos Informacionais e influenciados pelo interior e exterior das instituições nas quais atuam (Vergueiro, 1989).

No interior, há a missão e os objetivos da unidade, bem como a necessidade de integração do bibliotecário aos setores e comitês administrativos. No exterior, o público dessa determinada unidade, com demandas e necessidades específicas e que nem sempre são bem direcionadas. Por conta disso, é imperativo que o bibliotecário, juntamente ao comitê ou representantes de outros setores, participe da elaboração de uma política para o Desenvolvimento de Coleções, a qual é a peça formalizadora para que o processo seja sólido, isto é, tanto à continuidade, diante de mudanças no quadro de funcionários ou dos objetivos a serem atingidos, quanto à identificação do perfil do público e seu posterior atendimento. Tal identificação requer um diagnóstico prévio, que é o elemento mais importante para que uma coleção adequada seja formada e faça sentido, e também para que o processo de Desenvolvimento de Coleções, definido como uma prática técnica e comprometida com a sistematização e disseminação de determinada área do conhecimento, seja exitosa (Vergueiro, 1989; Weitzel, 2002; 2012).

Uma coleção é a reunião de documentos informacionais que seguem as finalidades e os objetivos das unidades de informação, tornando o acervo a parte mais atrativa da biblioteca, a qual possui o poder de cativar e estimular seus frequentadores por meio da qualidade e diversidade de seus materiais. Para tanto, somente a disponibilização destes materiais não é o suficiente: seu uso deve ser viabilizado com o conjunto de saberes que reúne e colocado no contexto da comunidade ao entorno. Desse modo, a formação e Desenvolvimento de Coleções é composta por etapas interdependentes que visam atender as demandas culturais, informacionais, educativas e de lazer de seus usuários, além de cumprir os objetivos contidos como missão para a biblioteca e servir como um guia detalhado para orientar a tomada de decisões quanto aos recursos e o próprio sentido da instituição (Aguiar; Carvalho, 2022; Geraldo; Pinto, 2019).

E antes de descrever as etapas que compõem o processo de Desenvolvimento de Coleções, faz-se necessário traçar um panorama contextual quanto à sua antecedência e progressão histórica, já que, afinal, selecionar registros do conhecimento é uma prática tão antiga quanto a Biblioteca de Alexandria. Naquela época, os acervos já eram compostos conforme determinada seleção e possibilidades de aquisição de materiais, com coleções representando a liberdade, a intelectualidade e o compromisso com a memória cultural ali localizada. E é certo que, em tal cenário, inexistia o refinamento do que viria a ser o processo de Desenvolvimento de Coleções como hoje o entendemos, da mesma maneira que, durante a Idade Média, a produção do conhecimento e sua disseminação era dependente do monopólio religioso, sendo as obras que passavam por seu crivo copiadas pelos monges nos mosteiros (Weitzel, 2002).

Em 1448, na Europa, ocorre o primeiro marco que culminaria no crescimento bibliográfico: a imprensa de Gutenberg, responsável pelo aumento e disseminação das publicações impressas, com o processo de produção dos livros menos custoso e, agora, expandido. Houve, nesse período, um grande florescimento científico, dada a circulação das informações registradas e o aumento de produções no mundo, bem como a laicização do conhecimento, enfraquecendo a supervisão da religião ou dos monopólios da informação, impulsionando novas ideias e tratados filosóficos. Sendo assim, se as bibliotecas antes da imprensa de Gutenberg eram caracterizadas pela abundância de volumes, após o aumento bibliográfico e sua expansão elas passaram a enfrentar a impossibilidade de armazenar todo o material disponível, promovendo a gênese do que seria o Desenvolvimento de Coleções (Weitzel, 2002).

Já na passagem do século XVI para o XVII, o erudito bibliotecário Gabriel Naudé tornou-se pioneiro quanto à elaboração daquele que é considerado o primeiro tratado a conter preceitos sobre como desenvolver coleções, publicado em 1626 e sob o nome de “Conselhos para formar uma biblioteca”. Nessa obra, direcionada para construção e funcionamento de bibliotecas modernas, a seleção de materiais é reconhecida como uma atividade técnica nas coleções e, apesar de transcorridos mais de três séculos desde então, ainda conserva relevância e reflexos quanto à teoria e a prática do Desenvolvimento de Coleções. Como, por exemplo: Naudé (2016) pontua que as bibliotecas são fontes que dispõem informações para serem usadas como o indivíduo bem entender; que devem manter referências a tipologias semelhantes e ter como apoio seus catálogos, atentando para novidades e para a necessidade ao entorno.

Os conselhos do bibliotecário francês ainda sugerem a quantidade de livros para se ter (frisando a importância da variedade, com obras que versem sobre todos os assuntos

interessantes ao uso público); a qualidade e estado das obras (indicando que autores contemporâneos não devem ser negligenciados, bem como temas novos ou espinhosos); os métodos para aquisição de livros, levando em conta sua conservação (deve-se obter todo tipo de material, pois sempre possuem sua utilidade e público); a divulgação da formação da biblioteca e, logo, um “perfil institucional” (para que outros a apreciem e contribuam no acervo); o investimento na completude das coleções, sem discriminações quanto à origem; e, não menos importante, sobre a disposição dos materiais, afastados da umidade e alocados distantes de ruídos, ordenados por disciplinas com subdivisões e passíveis de remanejamento para organização e alocação de livros novos. O autor aborda questões de ornamentação de obras e decoração no ambiente da biblioteca ao afirmar que os recursos orçamentários devem priorizar a compra de novos livros e não a ornamentação dos antigos. Logo, o principal objetivo da biblioteca para este autor é o seu uso, com acesso desimpedido na consulta, interagindo e tendo apoio do bibliotecário, contando com o empréstimo às pessoas com o registro exato da obra e de seus dados, da data e assinatura de quem retirou.

É válido pontuar que, ainda em meados do século XVII e conforme afirma Weitzel (2002; 2012), as bibliotecas eram vistas como um espaço de curiosidades e obras seletas, formadas por colecionadores que valorizavam tanto a quantidade quanto os elementos externos ao conteúdo, como a encadernação ou os livros sagrados. Já para Naudé (2016), as bibliotecas deveriam adotar critérios para a formação de coleções úteis, contestando a ideia de acúmulo ilimitado e formando um conjunto integral, uma rede de bibliotecas, com um acervo seletivo e representativo de diferentes coleções.

Quando no século XIX, bibliófilos apresentaram novas orientações a respeito da prática de formar coleções em bibliotecas, fossem elas grandes ou pequenas, em manuais que continham os preceitos básicos. Dentre esses bibliófilos, Weitzel (2002; 2012) destaca Peignot (1823) e Hesse (1841), dos quais, respectivamente, um apresenta critérios para a seleção com base no valor do conteúdo como uma estratégia para lidar com o aumento bibliográfico, enquanto o outro defende a importância do que hoje conhecemos como instrumentos auxiliares para orientar a seleção e descarte, a fim de alterar a abordagem cumulativa e exaustiva.

Ainda segundo Weitzel (2012), outros autores europeus do século XIX comentam, por exemplo, sobre a distinção entre formar e desenvolver uma coleção - o primeiro representa o marco da inauguração de uma coleção e o segundo trabalha com grupos de obras já existentes no acervo. Além disso, estes autores afirmam que o sucesso do desenvolvimento de uma coleção está ligado ao seu planejamento, com a definição dos propósitos e objetivos da biblioteca, bem como seu público alvo. Diante desse último aspecto, cada tipologia de

biblioteca possui um público com necessidades diferentes, que influenciam o desenvolvimento do acervo, o qual, apesar disso, vai conter obras recomendadas e representativas de grandes escritores, de teorias fundamentais, autoridades de referência e com conteúdo raro e valioso para a instituição. Tais obras também podem ser utilizadas como guias para formar o núcleo básico de um acervo, tendo em vista que os critérios de seleção podem ser subjetivos.

No século XX, com o volume de materiais crescendo ainda mais, a especialização das áreas do conhecimento e o investimento em pesquisas (impulsionadas pelas Guerras Mundiais) fez-se necessário pensar com maior objetividade em procedimentos mais sofisticados para lidar com a complexidade das coleções (Weitzel, 2002; 2012). Assim, entre a década de 1960 e 1970, ocorre o *boom* do desenvolvimento de coleções na literatura da Biblioteconomia internacional ao identificar tal movimentação e necessidade, incentivando bibliotecários de países como o Brasil - apesar de seu relativo atraso no assunto - a desenvolver, selecionar e transformar suas coleções de forma coerente (Vergueiro, 1993).

No cenário brasileiro, Waldomiro Vergueiro tornou-se referência ao publicar, em 1989, o livro “Desenvolvimento de Coleções”. Nesse momento, as teorias quanto à prática em território nacional não estavam suficientemente definidas, embora reconhecida sua importância para a vivacidade e manutenção das coleções. Vergueiro buscou na literatura internacional referências para elaborar seu livro com as devidas adaptações para as tipologias de bibliotecas e o contexto no Brasil, um país que precisa de infraestrutura informacional para a população e também considerar suas características e quadros sociais (Vergueiro, 1990).

Logo, Vergueiro (1990; 1993) afirma que a evolução do Desenvolvimento de Coleções está diretamente ligada à explosão bibliográfica, pela necessidade de seleção criteriosa e controle do acervo, para não acumular materiais semelhantes, além da impossibilidade de acompanhar o crescimento acima da capacidade de processamento e armazenamento da unidade de informação. Trata-se de uma questão maior que o âmbito financeiro das instituições, sendo as bibliotecas acadêmicas e universitárias as mais afetadas - e mais estudadas -, com o estabelecimento de limites para a aquisição e a percepção de que é possível formar coleções básicas de qualidade que cumpram seus objetivos.

No que diz respeito à atuação dos bibliotecários nas décadas de 60 e 70, as atividades do processo de Desenvolvimento de Coleções eram realizadas de modo mais pontual e direcionado - como na seleção de novos títulos -, e apesar disso, alguns profissionais (principalmente nas universidades) já apontavam para a necessidade de políticas para a seleção do acervo e aquisições, visando a construção de coleções harmônicas e a otimização do tempo entre a obtenção e a disponibilização do material para o usuário interessado. Entende-se, assim,

que o Desenvolvimento de Coleções foi uma forma de evolução da seleção e de atividades relacionadas, sendo inclusive reconhecido como uma divisão ou setor próprio da biblioteca, com maior ou menor atenção, na década de 1970 pelos países desenvolvidos, com ênfase na realidade norte-americana (Vergueiro, 1993).

Os sistemas de comunicação também influenciaram na mentalidade a ser transformada nas bibliotecas, pois nenhum tipo dentre elas seria autossuficiente, conservando em seu interior toda informação necessária para todos os frequentadores. Em consequência, os bibliotecários assumem um papel conectivo entre o acervo, desde sua elaboração até a disposição, e as necessidades do usuário, sendo que o limite para o uso de tal acervo está no limite do conhecimento recuperável (Vergueiro, 1989; 1990; 1993). Sobre essa questão, Weitzel (2002; 2012) ainda menciona que, no contexto da limitação humana quanto à aquisição de conhecimentos, o Desenvolvimento de Coleções é fundamental para sua administração e disposição conforme as demandas dos usuários e as demandas institucionais do serviço de informação, substituindo a lógica do armazenamento pelo acesso à informação.

Por fim, a transformação na mentalidade - recebida com muitas ressalvas e resistências - pode ser resumida, segundo Vergueiro (1990; 1993), entre a passagem do ato de puramente adquirir materiais (que é operacional) para planejar coleções (cujas etapas constam na subseção 1.1). Weitzel (2002; 2012) completa que após o *boom* de interesse pelo Desenvolvimento de Coleções, os esforços foram concentrados em implementar a automação nas bibliotecas, com sistemas e processamento técnico da informação. Assim, os avanços tecnológicos resgatam a problemática sobre a natureza do processo de seleção e organização das coleções, seja no ambiente tradicional ou digital: o que selecionar, por que e para quê?

Na contemporaneidade, a biblioteca possui, com maior evidência, o papel de prover informações segundo as diferentes necessidades e expectativas dos usuários, com fluxos de circulação de acervos integrados e dinâmicos, para além de seu lado social. Segundo Santa Anna (2017), o Desenvolvimento de Coleções também é conhecido como “gestão de coleções” ou “gestão de estoques de informação”, pois formar e desenvolver coleções envolve atividades para o crescimento racional do acervo e de maneira que atenda às necessidades do público com material atualizado, de qualidade e conforme objetivos da instituição, seja de modo físico ou eletrônico, atendendo aos aspectos sociais durante a execução.

Ainda na discussão terminológica, autoras como Miranda e Bernardino (2019) adicionam variantes como “seleção de livros” e “construção de coleções”, com realce para “gestão de estoques de informação”, apontando que o Desenvolvimento de Coleções é essencial diante do aumento da produção do conhecimento e que implica em criar e sistematizar

procedimentos para a seleção, aquisição, avaliação e desbaste do acervo. Tais procedimentos devem ser pensados de acordo com o interesse dos usuários e englobando o tamanho e utilização da unidade, bem como seus objetivos, em um processo retroalimentado e cíclico (Miranda; Gallotti; Cecatto, 2017).

Neste contexto, a biblioteca também pode ser vista como uma organização ou empresa que é dotada de setores específicos e que deve ser administrada por via de atividades e grupos de pessoas estruturadas para atingir um objetivo em comum, mesmo quando sem fins lucrativos, com resultados a serem programados e avaliados com constância. Maciel e Mendonça (2006) afirmam que, por essa ótica, as bibliotecas podem competir na realidade de inovações e incertezas, de modo que o gerenciamento dos produtos e serviços é facilitado sem que o papel social seja negligenciado. As autoras realçam que é importante compreender as estruturas e dinâmicas das instituições a que estão subordinadas as bibliotecas, para uma visão global e melhor entendimento, tendo em vista que o ambiente das organizações é flexível e precisa se adaptar diante de mudanças rápidas e constantes. Diante do exposto, estas autoras colaboram com a visão do Desenvolvimento de Coleções como um processo cíclico, com o reconhecimento da comunidade a ser servida e atividades que não podem ser consideradas isoladamente.

O livro “Gestão de Estoques de Informação”, de Elisa Corrêa (2016), inclui esse e outros termos da Biblioteconomia na discussão, como o uso de interagente ao invés de usuário. A autora afirma que, apesar das mudanças informacionais mundiais e da crescente criatividade e interação, o ambiente das bibliotecas continua parecido com o que foi nos últimos 30 anos. Por isso, propõe repensar a biblioteca, o usuário e o acervo, além de rediscutir o formar e desenvolver coleções, o papel do bibliotecário como gestor e a relação bibliotecário-biblioteca-interagente. A autora traz a visão de gestão para a biblioteca, com a nova concepção de prestação de serviços e ênfase no usuário e com a identificação de demandas específicas. Nesse sentido, o bibliotecário possui qualificação, com competências e habilidades administrativas e tecnológicas para liderar e gerenciar os processos da biblioteca. Essa administração é facilitada se a biblioteca conta com vários funcionários para dividir tarefas, mas, mesmo nas bibliotecas pequenas e sendo único, o bibliotecário deve atuar como gestor.

No mais, existem diferentes termos para definir o processo de formar uma coleção. Em 2012, Evans – uma grande referência sobre o tema – atualizou o título de seu livro de *Developing Library and Information Center Collections* (Desenvolvendo coleções de bibliotecas e centros de informação) para *Collection Management Basics* (Noções básicas de

gerenciamento de coleção), e afirma que prefere o novo título por ser mais amplo e refletir todos os aspectos do processo, com sua continuidade a longo prazo.

É válido atentar que o termo “Gestão” engloba a definição e aplicação de critérios para a seleção, aquisição, avaliação e preservação dos materiais disponibilizados para elevar nível dos estoques de informação, além de traçar metas para seu desenvolvimento e expansão conforme a instituição, contexto (político, social, econômico, local, nacional e mundial) e demandas (Corrêa, 2016). Enquanto isso, o termo “Estoque de Informação” é definido como reunião de estruturas de organização, sendo um conjunto, organizado ou não, com critérios para atender uma comunidade de receptores. O estoque fornece a interação que gera o processo comunicativo da leitura com o potencial de produzir conhecimento, por meio do processamento técnico da informação para seu uso imediato ou futuro pelo receptor. A intenção é concentrar o maior número de informações no menor espaço, dentro dos limites de eficácia e custo para controle do caos organizacional.

Segundo Corrêa (2016), “Estoque” é um termo dinâmico e a mudança terminológica implica na mudança de visão. Isso porque “acervo” traz a noção de algo particular, somente para um grupo de pessoas, e coleção define um conjunto limitado de itens. A autora então questiona se esses termos são limitantes em relação à interação e colaboração nas bibliotecas atuais, pois expressam posse, guarda e patrimônio. Estoque, pelo contrário, é feito para circular, são itens que devem sair o mais rápido possível e serem repostos ao invés de ficarem ociosos. No caso das bibliotecas, independente de sua forma de aquisição, o material gera gastos para manutenção e deve atender às demandas de informação, haja vista que, se ficar sem uso, gera prejuízo social, institucional e financeiro.

Logo, Corrêa (2016) afirma que, com o caráter cíclico da gestão de estoques de informação, além da revisão constante, o acervo precisa ser renovado e divulgado para ser consumido, gerar conhecimento e atender a quem precisa. Assim, seu objetivo principal é a utilização máxima pelo público-alvo, este que, mesmo fazendo parte de grandes grupos, são pessoas individuais e devem ser observados com cuidado.

Enfim, é necessária a avaliação da qualidade do acervo de forma constante para verificar sua adequação e utilização pelo público; para que a biblioteca não seja um armazém de livros ao acaso, sem organização, planejamento ou seleção. Para tanto, realça-se a importância de um documento formal com a política de Desenvolvimento de Coleções, pensada para cada unidade de informação e que sirva de filtro para as demandas de cada tipo de público, garantindo a qualidade e tamanho do acervo (Aguiar; Carvalho, 2022).

Para além da política, outras etapas formalizadoras do processo de Desenvolvimento de Coleções são necessárias e serão descritas a seguir.

1.1 Etapas do processo de Desenvolvimento de Coleções

A informação, em sua pluralidade, transforma o indivíduo e também influencia em mudanças organizacionais em diversos âmbitos. Sendo as bibliotecas as mantenedoras antiquíssimas da informação, em múltiplos suportes, a política de Desenvolvimento de Coleções surge como um documento basilar e público que orienta o crescimento consciente e com qualidade do acervo, formalizando diretrizes, critérios e objetivos para seleção, aquisição, desbaste e também regras de uso da coleção (Geraldo; Pinto, 2019; Oliveira, 2023). Essas etapas que configuram o processo todo são cíclicas, ininterruptas e fundamentais para a administração do acervo, tratando e democratizando a informação.

O primeiro passo para elaborar uma política e implementar técnicas administrativas para o bom gerenciamento e desenvolvimento organizacional é realizar um diagnóstico da unidade em questão e coletar dados sobre o perfil dos usuários, conferindo assim uma correspondência e concomitância entre o acervo e as mudanças ocorridas ao seu entorno, bem como o potencial de transformação social. Nesse contexto, o bibliotecário age como mediador que conecta o usuário e a informação, e para tanto, deve participar na elaboração de uma política de Desenvolvimento de Coleções sólida e passível de modificações futuras, em acordo com a unidade (Oliveira, 2023).

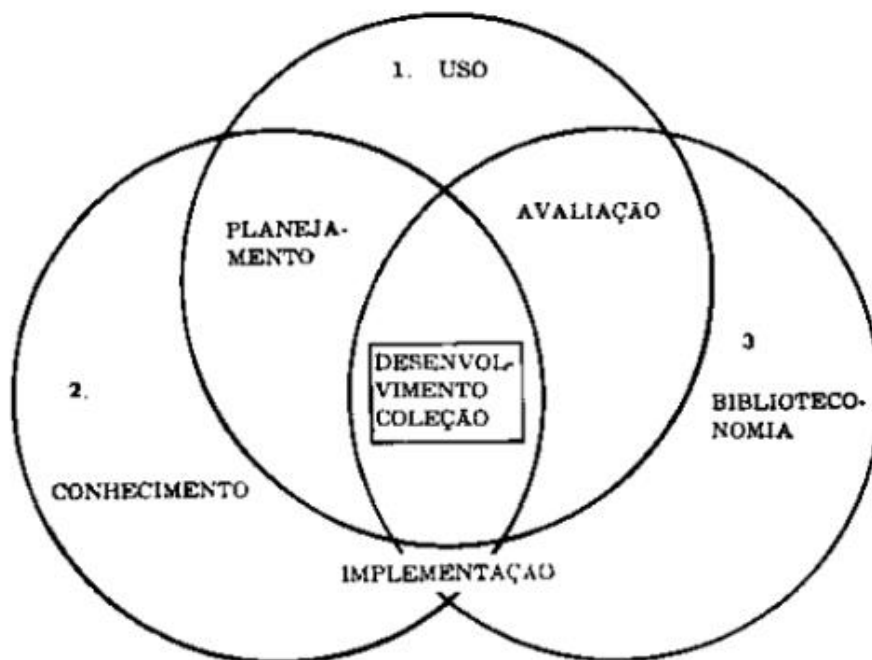
Quanto às abordagens que permitem e impulsionam o processo do Desenvolvimento de Coleções, Fiuza (1979) compara a chamada estruturalista, de Baughman, e a classificatória, de Edelman. A biblioteca, segundo a autora, visa atender as demandas de seus usuários e para tanto precisa de uma formação adequada. Tratando-se da realidade brasileira, é comum que o bibliotecário assuma função de intermediário e adicione ao acervo obras selecionadas pela administração ou órgão superior. Contudo, ele deve ser capaz de dialogar com os especialistas em determinada área do conhecimento (um possui a visão global da biblioteca e do mercado editorial, o outro possui aportes especializados quanto ao tratamento da informação), para formar um quadro no qual ambos os profissionais contribuam para a harmonia da coleção.

A abordagem classificatória de Edelman visualiza o Desenvolvimento de Coleções como uma função de planejamento, pautada nos objetivos da biblioteca, na organização financeira, nas demandas dos usuários e aquelas do mundo informacional. Desse modo, a seleção é a tomada de decisão enquanto a aquisição é sua implementação, podendo existir conflitos com as necessidades de curto e longo prazo dos usuários, o que, segundo Edelman,

pode ser resolvido com o conhecimento da literatura dos diversos campos do conhecimento. Seus estudos possuem ênfase nas bibliotecas de ensino e pesquisa, com foco nas áreas de Literatura Clássica e Química, observando as variáveis como idioma, data, autor, fontes de referência e outros, o que realça que, como cada tipo de literatura tem suas características próprias e que uma prática de seleção universal não é possível. Por fim, Edelman defende que a verba de aquisição deve ser dividida segundo as necessidades de cada área do conhecimento, não por tipo de material, e que classificar a literatura facilita a identificação das pequenas estruturas de cada campo do conhecimento, para sua quantificação dentro do acervo e tomada de decisão consciente (Fiuza, 1979). Ainda sobre o modelo teórico de Edelman, Vergueiro (1993) comenta que existe uma hierarquia entre o Desenvolvimento de Coleções, a seleção e a aquisição, e que apesar disso, esses elementos interagem entre si e se sobrepõem durante o processo.

Já a abordagem estruturalista de Baughman defende a identificação da estrutura das literaturas como meio de apoio para a formação de coleções e propõe a seguinte relação entre os elementos principais do Desenvolvimento de Coleções: uso (demandas), conhecimento (áreas de estudo) e biblioteconomia (técnicas). Esses elementos em conjunto originam o planejamento de coleções (acúmulo de materiais adequados aos propósitos e prioridades da biblioteca), a implementação (seleção, aquisição e disponibilização do acesso para uso) e a avaliação da coleção segundo metas e objetivos (Fiuza, 1979; Vergueiro, 1993), conforme ilustrado no diagrama.

Figura 1 - Diagrama de Baughman



Fonte: Fiuza (1979)

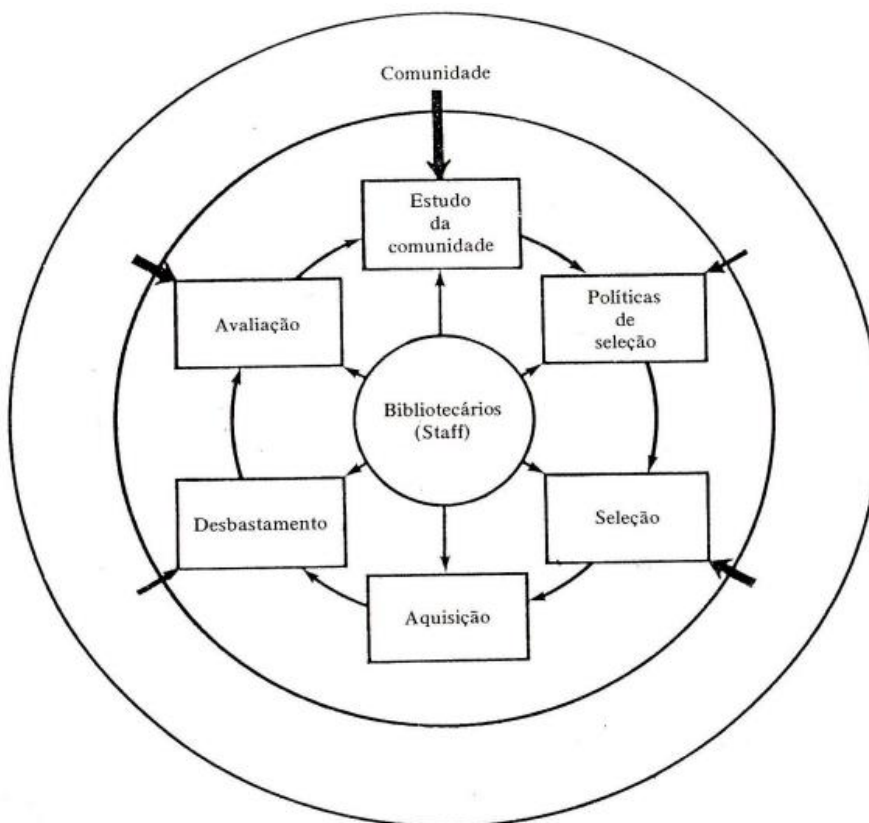
Assim, o Desenvolvimento de Coleções é visto por Baughman como um plano a ser implementado e avaliado, no qual o bibliotecário deve tomar decisões com base no uso (observado no estudo de usuário) e no conhecimento (uso potencial e necessidades reais dos usuários), avaliando conforme suas bases e parâmetros para decisões mais objetivas. Baughman afirma que toda área de estudo gera um corpo de conhecimentos que deve ser estudado por seu comportamento (características) e propriedades (organização) para identificar a estrutura da literatura em questão. No caso da Sociologia, tomando, por exemplo, a área observada pelo autor, realça-se o conhecimento sobre assuntos interrelacionados à temática e análise das citações, ou seja, quais autores e textos são os mais citados (Fiuza, 1979). Portanto, o modelo de desenvolvimento estruturalista busca por um padrão de relação entre as partes do processo e seus vários componentes, visando como objetivo final o Desenvolvimento de Coleção auto-aperfeiçoável, complementado e cíclico (Vergueiro, 1993).

Em comum entre as duas abordagens, a importância do estudo de usuário, com a diferença entre uso e uso potencial - demandas a curto e longo prazo, respectivamente - e das decisões baseadas em pontos-chave, já que o conhecimento das literaturas possibilita a elaboração de uma estrutura para o atendimento das necessidades a longo prazo e desenvolvimento racional da coleção, que irá influenciar a representação temática realizada pelo bibliotecário, atuando como filtro entre os usuários e o ambiente informacional.

Outros autores como Ryland, Magnrill e Hickey afirmam que o Desenvolvimento de Coleções inclui tarefas para além da aquisição, sendo algumas delas a avaliação das necessidades dos usuários, da coleção atual, da política, da seleção de obras, do desbaste, da armazenagem dos itens e do planejamento de recursos. Logo, o processo envolve planejamento e tomada de decisão acima de uma atividade ou grupo de tarefas (Vergueiro, 1993).

Para Evans (1979 *apud* Vergueiro, 1993), o Desenvolvimento de Coleções deve ser sistêmico, visando identificar os pontos fortes e fracos da coleção conforme os objetivos da biblioteca e as necessidades dos usuários, para assim serem corrigidos quando identificados. Desse modo, todo o sistema precisa ser avaliado constantemente e sua ênfase observada conforme a tipologia de biblioteca, para manter a continuidade de suas atividades na totalidade. O modelo de Evans também é cíclico e todos os componentes estão no mesmo nível de importância, com a comunidade como base e interagente direto - exceto para a aquisição. O processo é englobado com todas as suas etapas para um Desenvolvimento de Coleção contínuo e ininterrupto, que deve fazer parte das atividades de rotina da unidade de informação para ser efetivo.

Figura 2 - Modelo de Evans



Fonte: Vergueiro (1993)

O Desenvolvimento de Coleções como sistema e serviço ao público é realçado por Bryant, mencionado por Vergueiro (1993). Bryant comenta sobre a distinção das estruturas organizacionais no Desenvolvimento de Coleções, com a postura de aquisição (seleção é realizada por figura externa à biblioteca), postura de seleção (existe uma política, os bibliotecários realizam a seleção) e a postura de administração e desenvolvimento de coleções (distribuição de tarefas e responsabilidades entre os bibliotecários com diferentes formações acadêmicas). Cogswell, por sua vez, afirma que a denominação de Bryant é insuficiente na atualidade, porque existem mais tarefas envolvidas na construção cuidadosa das coleções com o tempo. Então, recomenda o termo “administração de coleções”, que dá ênfase ao lado administrativo e econômico no uso dos recursos da biblioteca com eficiência, apontando que a terminologia usada é menos importante do que a administração de fato, ou seja, a visão do Desenvolvimento como um processo integrado em suas etapas.

Ainda segundo Cogswell, a administração de coleções envolve todas as etapas de forma sistêmica para observar se a biblioteca está cumprindo seus objetivos institucionais. O mínimo de funções propostas são: planejamento e elaboração de políticas (declaração formal com a política elaborada e implementada), análise de pontos fortes e fracos da coleção, seleção de materiais (necessária para a expansão do acervo), manutenção da coleção (re-seleção), administração fiscal (controle do orçamento), contato com o usuário, compartilhamento de recursos (rede entre bibliotecas) e, por fim, avaliação do programa (deve ser periódica e englobar todos os processos). É importante apontar que Cogswell estudou bibliotecas acadêmicas e de pesquisa, então essas funções foram pensadas para esses ambientes, sem adaptações para outros tipos de bibliotecas (Vergueiro, 1993).

Evidenciadas algumas abordagens, retomamos a política de Desenvolvimento de Coleções, agora mais delineada quanto às suas etapas e seguindo a lógica pela qual o acervo será definido, servindo como o esqueleto que abriga cada parte da coleção e faz cada item exercer sua função, orientada pela missão e objetivos da biblioteca e instituição mantenedora. A política é importante para a instituição por razões econômicas, com a determinação de prioridades; espaciais, com a acomodação física do acervo; técnicas, com o preparo do material para sua integração e entre outras. Deve abordar o estado atual da coleção, a comunidade a ser servida e outros recursos disponíveis, como o acervo de bibliotecas nas proximidades. Também deve informar ao bibliotecário qual material fará parte da coleção, quando e em quais condições, como a importância desse item será avaliada, bem como quando e como ele será retirado e, por fim, o responsável pela tomada de decisão. A política permite que o bibliotecário reflita e avalie sua prática, também servindo como material de defesa da coleção diante de discussões com

autoridades institucionais. No mais, apesar das diferentes tipologias, nenhuma biblioteca deve atuar isolada em seus objetivos, mas sim compartilhando recursos com outras, para economizar fundos e ampliar seus serviços (Weitzel, 2012; Vergueiro, 1989).

Logo, o primeiro passo do Desenvolvimento de Coleções é o estudo e identificação do perfil de usuário, fundamental para orientar as etapas seguintes, tendo em vista que a coleção deve priorizar as necessidades da sua comunidade e de seus frequentadores, reais ou potenciais, e as diferentes variáveis que influenciam o processo. É preciso atenção para não generalizar que o público frequentador representa a potencialidade e totalidade das demandas. Fontes de informação, como os relatórios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podem auxiliar no recolhimento de informações para que os questionários elaborados a fim de reconhecer os perfis de usuários tomem por base dados relativos ao contexto histórico, demográfico, geográfico, educativo, socioeconômico, de transporte, cultural e informacional, além daqueles sobre questões legais. Tais dados são importantes para o melhor aproveitamento das entrevistas e sistematização dos perfis levantados por parte do bibliotecário (Vergueiro, 1989).

Além disso, é importante saber o que acontece fora do espaço da biblioteca e até entrar em uma concorrência saudável com outras bibliotecas da região, com o oferecimento de serviços e produtos diferenciados para atrair o usuário potencial conforme a realidade da comunidade, para chegar próximo do que desejam e desenvolver o espírito de engajamento. Para tanto, é possível utilizar técnicas de pesquisa como o SWOT (FOFA, em português) para visualizar forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, conhecendo o ambiente da unidade e seu entorno, para tornar o processo democrático e criar conexão com a comunidade, sendo esse o objetivo primordial da biblioteca (Corrêa, 2016).

A seleção, por sua vez, é orientada por uma política específica, que deve ser desenvolvida por uma comissão de seleção coordenada pelo bibliotecário que detenha as responsabilidades, os critérios, instrumentos auxiliares e outros aspectos considerados necessários, como o cuidado com a censura, a duplicação de itens, obras raras e afins. Weitzel (2012) faz um apanhado de autores que comentam sobre a seleção no século XIX e XX em diferentes aspectos, onde a seleção era vista de forma técnica para identificação de bons livros e das necessidades dos usuários, com a utilização também de instrumentos auxiliares, como, por exemplo, obras bibliográficas e produções na Biblioteconomia, para atualização sobre lançamentos. Sobre os autores, um valorizava mais a seletividade do que a quantidade e o outro defendia que o bibliotecário deveria ser o responsável pela seleção, mas evitar arbitrariedade e

a exclusão, sendo que o “livro de pedidos” é um mecanismo sensível para identificar demandas e evitar erros.

Gräsel (1914 *apud* Weitzel, 2012) comenta sobre a comissão de seleção, na qual o bibliotecário compartilha as decisões com outros profissionais, como professores, e aponta três aspectos como critérios na seleção: adequação ao usuário, o documento e seu valor e características adicionais ao documento. Weitzel (2012) apresenta outros autores que reforçam a noção de que o processo de seleção deve ser realizado com critérios a partir de um “plano geral”.

Em uma visão mais atual, Vergueiro (1989) define a seleção como atividade intelectual, apesar de seu caráter técnico especializado, pois ela determina quais materiais são adequados conforme critérios que variam para cada instituição e comunidade, seus recursos e materiais em pauta. Porém, a decisão final sobre determinados materiais pode ser delicada por trazer questões políticas ou ideológicas, sendo realizada nesse caso por setores acima dos bibliotecários ou mesmo da administração. Então, a política de seleção é parte integrante da política maior e global, sendo norteadada pela demanda da comunidade, qualidade do material e pelos serviços da biblioteca.

Ainda sobre a seleção, Vergueiro (1989) comenta que, independentemente da tipologia de biblioteca, essa prática pode ser resumida em duas etapas: listagem de itens de interesse, vindos dos usuários e dos bibliotecários e com base em instrumentos auxiliares, e a relação de cada material com os recursos disponíveis e sua avaliação, se não física, por instrumentos auxiliares.

Por definição, os instrumentos auxiliares são catálogos de editores, resenhas (mais confiáveis se publicadas em periódicos), bibliografias (úteis, principalmente para a seleção retrospectiva, mas podendo ser limitadas pela língua e realidade sociocultural) e listas de livros recomendados (títulos básicos sobre um assunto). Apesar de serem um apoio para além dos conhecimentos do bibliotecário, os instrumentos devem ser analisados com prudência, para identificar possíveis justificativas infundadas, imposições ideológicas e parâmetros que fogem à Ciência ou ao contexto. No mais, a seleção pelo bibliotecário sempre terá influência subjetiva, não podendo ser completamente imparcial, sendo preciso ter cuidado com o processo e não ceder a pressões ou à censura. Isso porque a seleção pode ser vista como o “coração da gestão” e é momento de grande responsabilidade, com a união entre emoção-afeto e pensamento-cognição. Logo, as decisões tomadas para a seleção são resultadas da experiência e emoção e o bibliotecário deve se atentar para que seu estado de espírito não seja uma influência negativa

ao processo. Tal questão deve ser levada em conta no trabalho individual ou em equipe (Vergueiro, 1989; Corrêa, 2016).

Sobre a censura, existem três tipos: legal ou governamental, pressão individual ou de grupo e autocensura (quando um indivíduo em posição privilegiada seleciona com base nas próprias opiniões). No Brasil, as bibliotecas não são vistas como direitos assegurados à população e a classe bibliotecária não possui uma declaração básica de como lidar com a censura, então falta posicionamento organizado na luta pela liberdade intelectual. Mas a política de Desenvolvimento de Coleções colabora nesse ponto, definindo o porquê das escolhas em relação aos objetivos e contexto das unidades (Vergueiro, 1989).

Segundo a Declaração de Direitos da Biblioteca da *American Library Association* (ALA), são propostas algumas políticas básicas para a biblioteca desafiar a censura e cumprir com sua responsabilidade de fornecer acesso à informação. São elas: as obras devem servir o interesse, informação e esclarecimento de toda a comunidade, sem negligenciar itens por sua origem ou ponto de vista dos seus criadores e contribuidores; todos os pontos de vista sobre fatos históricos e da atualidade devem estar disponíveis, sem censura partidária ou ideológica; cooperação com o livre acesso às ideias e expressões; todas as pessoas, independente de sua origem, idade, antecedentes ou pontos de vista, devem ter o mesmo acesso ao uso da biblioteca; e, se existem espaços para grupos ou reuniões, devem ser acessados de forma equitativa, ou seja, de forma justa e imparcial (Vergueiro, 1987 *apud* Geraldo; Pinto, 2019). A declaração foi assinada por diversas democracias europeias, mas, apesar disso, por ser da ALA, representa a realidade norte-americana e para ser aplicada em outros países precisa ser analisada e adaptada conforme o contexto local. No caso do Brasil, o ideal seria que a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) se responsabilizasse por essas etapas, para que a classe bibliotecária fizesse avaliações e adaptações regionais (Geraldo; Pinto, 2019).

Enfim, como critérios de seleção, podem ser observados no documento: autoridade (reputação do autor ou editora); precisão e imparcialidade do assunto, ou seja, se todos os aspectos do tema são tratados da mesma forma; atualidade, cobertura e tratamento da informação, conforme as demandas informacionais e a confiabilidade da obra; características físicas; contribuição informacional (como a temática aparece na coleção) e custo, desde a aquisição até o processamento técnico e armazenamento. Além disso, para documentos eletrônicos, alguns critérios para a seleção podem ser: acesso, aparência, ferramentas de busca, uso de propagandas e qualidade das páginas (Geraldo; Pinto, 2019; Miranda; Gallotti; Cecatto, 2017).

Uma questão importante nesta discussão é a seleção de materiais para crianças, dada a ênfase para o público infantil na presente monografia. Esse processo de seleção deve ser feito com atenção e cuidado para identificar preconceitos e discriminações que podem estar escondidos de forma sutil nas obras, além de observar a relação entre o texto e a imagem. Outros pontos que merecem destaque são: a identificação de características marcantes, como alguns sinais de alerta que incluem a ausência de minorias ou sua representação caricata, a figura feminina a serviço do homem e a representação positiva das elites; materiais com histórias superficiais e sem coerência narrativa ou imagética, principalmente se produzidos pela indústria da comunicação; a autoridade (autor, ilustrador ou editora); a faixa etária e desenvolvimento intelectual do usuário potencial; e as características físicas, como a resistência do material (Costa; Fujino, 2022).

Existem recomendações do Ministério da Educação (MEC) para a seleção, porém Costa e Fujino (2022) apontam que não são consideradas a qualidade da literatura ou o espaço de liberdade, sendo reducionista e não comprometido com o imaginário e as vivências das crianças. Como contraponto, os autores trazem o decálogo do escritor Luiz Braz, criado como guia para novos escritores que desejam atender ao público infantil, mas que pode direcionar também os critérios de seleção:

Dez mandamentos da Literatura Infantil:

1. Evitar a infantilização da linguagem e das imagens;
2. Não ser professoral nem moralista;
3. Evitar os estereótipos e os clichês literários e visuais;
4. Não subestimar a inteligência do leitor;
5. Questionar os preconceitos e as verdades prontas;
6. Não fugir dos temas proibidos;
7. Investir nas sutilezas e no vocabulário mais elaborado;
8. Propor experiências literárias e visuais enriquecedoras;
9. Saborear a boa literatura infantil brasileira e estrangeira;
10. Conviver prazerosamente com as crianças (Braz, 2013, p. 41 *apud* Costa, Fujino, 2022).

Como medida primordial, então, o bibliotecário deve autoanalisar suas práticas de seleção e observar o que está sendo considerado para a incorporação, ou não, de determinado material. A existência da política auxilia nesse processo, porém em sua ausência, a seleção acontece sem critérios pré-estabelecidos, de modo informal e improvisado. E, no caso da seleção para crianças, é fundamental que o bibliotecário possua conhecimento prévio sobre o que elas gostam de ler e se manter atualizado profissionalmente e quanto ao mercado editorial (Costa; Fujino, 2022).

Quanto ao processo de aquisição, é preciso manter o fluxo linear e controlado para evitar duplicações ou inconvenientes, com cadastros, arquivos de fornecedores e históricos de negociações - *softwares* podem ajudar nesse acompanhamento. Além disso, para um primeiro fundo para a biblioteca, é interessante investir na aquisição de coleções de terceiros, tanto para cobrir um período de tempo quanto para obter clássicos de uma área, com cuidado para selecionar itens de qualidade conforme o orçamento e instituição mantenedora da unidade. Contudo, no caso de doações é preciso adotar os mesmos critérios da compra, tendo em vista que o custo com o tratamento técnico e armazenamento será o mesmo. Logo, a política de doação deve fazer parte da política de Desenvolvimento de Coleções, indicando critérios e possíveis convênios com instituições para o recebimento de obras. Um ponto importante é a necessidade de atualização das coleções com obras novas, sendo necessário um orçamento para a aquisição, já que o acervo não terá qualidade se composto apenas por doações (Vergueiro, 1989; Weitzel, 2012; Geraldo; Pinto, 2019; Corrêa, 2016).

Por não ter ligação direta com a comunidade, a etapa de aquisição pode ser considerada puramente administrativa, cuja função é localizar e assegurar a posse dos materiais para a coleção. Sendo importante obter informações sobre o item desejado, efetuar o processo de compra com o melhor custo benefício (aspectos financeiros, de entrega e condições dos materiais), manter a documentação necessária do processo e administrar os recursos da aquisição, com distribuição, controle e uso (Vergueiro, 1989; Weitzel, 2012). Sobre essa questão, Corrêa (2016) questiona se de fato essa etapa não conta com a participação da comunidade e coloca a doação como uma das formas mais importantes de participação do público no Desenvolvimento de Coleções. A doação pode ter pertencido a um acervo pessoal e, ao ser encaminhada para a biblioteca, demonstra valorização pelo espaço e participação direta no processo, com o estreitamento de laços com a comunidade. Infelizmente, nem todos os casos são assim, por isso, é realçada a importância de critérios para aceitar ou não esses materiais doados.

Corrêa (2016) também comenta sobre a captação de recursos por *crowdfunding*, ou seja, financiamento coletivo, como uma oportunidade principalmente para as bibliotecas comunitárias. Nesse sistema, totalmente digital, é proposto um produto ou serviço a ser financiado por pessoas desconhecidas que tenham interesse por ele, contribuindo com doações de dinheiro para que o projeto seja concluído, conseguindo uma recompensa proporcional a sua doação no final ou o retorno do valor investido se a meta não for atingida. O financiamento coletivo pode ter diversos usos e ser benéfico para as bibliotecas, que poderiam comprar livros, realizar atividades e muito mais com a participação da comunidade, além de ter seu valor social

reconhecido. Outro modo de conseguir recurso citado pela autora são os projetos de captação de recursos externos, como editais públicos ou iniciativas privadas.

Por fim, a aquisição por permuta, ou intercâmbio de materiais, é vantajosa no caso de livros de baixa tiragem (como teses, nas bibliotecas universitárias), mas também podem ser formados convênios com editoras ou trocas de itens duplicados. Dessa forma, o processo de seleção é realizado pela comissão conforme os critérios de tomada de decisão sobre os itens a serem incorporados no acervo e cabe ao processo de aquisição implementar e concretizar a lista selecionada, seja por compra, doação ou permuta de documentos. Assim, o gestor precisa ser criativo e persistente na captação de recursos (Vergueiro, 1989; Weitzel, 2012; Corrêa, 2016).

Para um desenvolvimento harmonioso, é necessário o desbaste da coleção. Esse processo possui três modalidades: o descarte (retirada total e definitiva), o remanejamento (deslocamento de materiais) para liberação de espaço a favor de itens de maior demanda, que também serve como período de observação do valor da obra para a comunidade, e a conservação (restrição de acesso pela necessidade de reparos ou recuperação física), que deve ser realizada em oportunidade pré-estabelecida na política de conservação, com periodicidade, delimitações e, se será por contrato de serviços especializados ou por funcionário interno. Enfim, o desbaste é a decisão final segundo análise de cada item e observação de que ele não atende mais aos requisitos de sua aquisição, não contribuindo como antes para a comunidade que serve. Para tanto, podem ser estabelecidos, com o auxílio ou não de uma comissão de aprovação para o desbaste, prazos de permanência para uma obra não utilizada em depósitos ou anexos e para descarte (Vergueiro, 1989; Maciel; Mendonça, 2006).

O passo final do ciclo do Desenvolvimento de Coleções é a avaliação, para diagnosticar se o processo está ocorrendo como previsto, se as etapas estão coerentes e aplicar correções conforme necessário. Vergueiro (1989) aponta que a avaliação é pouco realizada nas bibliotecas, ainda que sua integração com regularidade nas atividades seja urgente. Para tanto, é necessário identificar uma oportunidade, como no inventário, para avaliar a coleção, coletando e organizando dados.

A escolha da metodologia para avaliação vai depender do tipo de biblioteca e seus objetivos, do tamanho da coleção e dos recursos disponíveis. Podem ser usadas três classificações de metodologia: a quantitativa, qualitativa e por fatores de uso. O método quantitativo usa dados estatísticos, abrangendo o tamanho total da coleção e sua divisão por tipos, assuntos, datas e idiomas, e como resultado permite efetuar a média de crescimento da coleção e sua relação de tamanho diante da população servida. Esse modo é o mais utilizado na avaliação por não exigir conhecimento especializado e ser menos custoso, porém tem como

desvantagem a não visualização da qualidade da coleção. Em contraponto, o método qualitativo observa o conteúdo da coleção com julgamento de valor. Tal avaliação pode ser realizada com a seleção de uma lista, catálogo ou bibliografia como parâmetro e sua comparação com os itens disponíveis no acervo para a elaboração de um relatório final. Essa verificação pode ser realizada também por especialistas externos à unidade. Enfim, a avaliação por fatores de uso lida com os estudos de comunidade e sua utilização. Uma possibilidade é verificar os registros de circulação, quando assertivos, e observar como se dá a tramitação do material da coleção. Essa metodologia não deve ser aplicada de forma indiscriminada, mas sim equilibrada com a qualidade, nível e raridade do material, servindo também para o descarte de livros (Vergueiro, 1989).

Um ponto importante a ser observado é a ausência de parâmetros e métodos contextualizados para a realidade brasileira. As bibliotecas universitárias possuem parâmetros definidos pelo MEC para avaliação institucional, mas, em geral, são utilizados critérios internacionais fora do contexto. No caso da biblioteca escolar, não existem parâmetros, mas a Lei 12.244/2010 (comentada na subseção 1.3) define o mínimo de 1 exemplar por aluno matriculado na instituição. As bibliotecas públicas estão em situação parecida, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) possui diretrizes para formar acervos, mas não menciona questões quantitativas (Corrêa, 2016).

O momento da avaliação, então, é importante para compreender a coleção de forma aprofundada, justificar o aumento de recursos financeiros, a obsolescência de determinados materiais e outras possíveis inadequações (Maciel; Mendonça, 2006).

Corrêa (2016, p. 109-111) propõe um modelo de sumário com os elementos necessários para a política de Desenvolvimento de Coleções, servindo como base e auxílio para a adaptação de cada unidade. O roteiro é estruturado entre elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, assim, cabe à comissão decidir sobre seu detalhamento, pois os tópicos mencionados não são definitivos ou universais. Tais elementos representam o processo em sua totalidade e servem como ponto de partida:

1. Elementos pré-textuais (capa, folha de rosto, sumário)
2. Parte introdutória
 1. Informações Institucionais (identificação, missão, objetivos)
 2. Informações da U.I. (identificação, missão, objetivos)
 3. Definição, importância e objetivos da política
 4. Estudo de comunidade (descrição da comunidade de interagentes)

5. Participação e papel da biblioteca em programas cooperativos (nacionais e internacionais)
3. Estoques de informação
 1. Materiais que o compõem (conteúdo e formato)
 2. Recursos financeiros disponíveis para sua formação e desenvolvimento (orçamentos institucionais centralizados/descentralizados, captação de recursos externos)
4. Desenvolvimento dos estoques de informação
 1. Seleção
 2. Responsabilidade da seleção (atores, princípios, atribuições e competências)
 3. Critérios por tipo de obra e de suporte físico
 4. Instrumentos auxiliares (fontes para seleção)
 5. Seleção qualitativa (critérios de qualidade)
 6. Seleção quantitativa (número de títulos e exemplares por tipo de obra, segundo parâmetros/recomendações oficiais ou demandas verificadas)
5. Aquisição
 1. Prioridades (definidas segundo orçamentos e objetivos estabelecidos)
 2. Formas de aquisição (compra, doação, permuta, intercâmbio)
 3. Reposição de materiais (situações e formas previstas para reposição)
6. Avaliação
 1. Metodologias
 1. Qualitativas (métodos e responsáveis)
 2. Quantitativas (métodos e responsáveis)
 2. Periodicidade (previsão de prazos para elaboração)
 3. Desbastamento (remanejamento, descarte)
7. Biblioteca 2.0 e Repositório Institucional (políticas, critérios, responsáveis)
8. Conservação/Restauração (políticas, responsáveis)
9. Revisão da política (previsão)
10. Elementos pós-textuais
 1. Modelos de correspondência (documentos administrativos)
 2. Formulário de doação
 3. Referências bibliográficas (Corrêa, 2016, p. 109-111)

Diante do exposto, cabe, principalmente ao bibliotecário, a decisão sobre quais informações serão dispostas para a comunidade e a realização de atividades para que a biblioteca cumpra seu papel como organização social. Assim, o Desenvolvimento de Coleções não é somente um processo administrativo, mas também político, pois o poder de formar e

selecionar um acervo, independente do seu material, é grande e exige responsabilidade. Portanto, uma biblioteca aberta a todos e a todas as ideias é símbolo de uma sociedade livre e democrática (Vergueiro, 1989; Geraldo; Pinto, 2019; Costa; Fujino, 2022).

Como a ênfase desta monografia tematiza o Desenvolvimento de Coleções na Biblioteca Pública e Escolar, a discussão será aprofundada para tais tipologias nos tópicos a seguir.

1.2 A questão da Biblioteca Pública

As bibliotecas públicas são ambientes de acesso à informação, financiadas principalmente pelo governo, e devem estar abertas a todos os cidadãos e suas diversidades, com foco nos que estão concentrados em uma determinada região, município ou Estado, a depender da localização da unidade. Para que a informação fornecida seja de qualidade, a biblioteca deve ser relevante, confiável, atual, acessível, precisa, oportuna e ajustada às diferentes demandas. Logo, para sua atuação sociocultural, deve guardar em seu acervo informações sobre a memória, ideologia, identidade e cultura do grupo social regional, contribuindo para o ensino e pesquisa (Miranda; Gallotti; Cecatto, 2017; Cunha; Cavalcanti, 2008; Geraldo; Pinto, 2019).

No cenário brasileiro, a biblioteca pública surgiu no início do século XIX, na Bahia, com acesso limitado aos livros e carência de infraestrutura. A fundação da Biblioteca Nacional foi um marco desse período, com seu desenvolvimento a partir de coleções vindas de Portugal (Miranda; Gallotti; Cecatto, 2017). Depois, em 1922, a Semana de Arte Moderna trouxe maior direcionamento à identidade cultural brasileira, sendo que, em 1930, houve uma ampliação das bibliotecas públicas no país e a criação do Instituto Nacional do Livro em 1937. Miranda, Gallotti e Cecatto (2017) ainda afirmam que, durante o Governo Vargas, o livro serviu como mecanismo de disseminação ideológica e, em 1940, as bibliotecas públicas possuíam como maior característica serem depósitos de livros.

Em 1994, a UNESCO divulgou alguns princípios universais para as bibliotecas públicas, com o objetivo de informar, educar e alfabetizar, realçando a cultura e incorporando as tecnologias digitais, haja vista que a internet ampliou os modos de acesso à informação. Assim, as bibliotecas foram ganhando novas funções, como o estímulo à leitura, preservação e conservação da memória humana em seu acervo e realização de atividades culturais, apesar de suas dificuldades, desde falta de orçamento, infraestrutura e equipe até o apoio governamental e de outros órgãos educacionais. Costa e Fujino (2022) apontam que na sociedade brasileira a biblioteca possui pouco espaço e não é reconhecida como o agente de mudança que pode ser, o que limita sua atuação. O Manifesto IFLA (*International Federation of Library Associations*

and Institutions) afirma que não pode existir censura (ideológica, política, religiosa ou qualquer outra) na biblioteca pública ou em seus acervos, nem pressões comerciais, para que todas as faixas etárias encontrem informações para suprir suas necessidades informacionais e o espaço atue como o centro de acesso à informação organizada para a população (Miranda; Gallotti; Cecatto, 2017; Geraldo; Pinto, 2019).

Portanto, as finalidades da biblioteca pública envolvem a preservação e desenvolvimento de uma sociedade democrática, possuir ampla e diversificada variedade de materiais, oferecer recursos e serviços em múltiplas mídias, realizar atividades de educação individual e de iniciativa própria, fornecer e orientar o acesso à informação para a comunidade, desenvolver campanhas de alfabetização e estimular a leitura. Apesar disso, a biblioteca pública é vista como opcional na sociedade e precisa de mudanças que serão incentivadas pela demanda social. Em seu estado atual, a grande maioria possui coleções inadequadas para seu público e não considera a demanda da comunidade ao redor, além de não pensar a continuidade da coleção ou olhar a longo prazo, mas se preocupa com a conservação física dos livros para evitar prejuízos visíveis (Miranda; Bernardino, 2019; Vergueiro, 1990).

Costa e Fujino (2022) comentam sobre a iniciativa de Mélanie Archambaud, responsável pela rede de bibliotecas de Bordeaux, na França. Archambaud afirma que a biblioteca do futuro é participativa e tem seu usuário como centro, não os livros, por isso o acompanhamento das mudanças da comunidade é fundamental. A sugestão dos autores para o Brasil é o desenvolvimento de ações inovadoras incentivadas pelo governo em bibliotecas com recursos e infraestrutura para servirem como exemplo, para realçar a parte político-cultural desses espaços e garantir seus recursos pela legislação. Contudo, a realidade é outra, na qual a falta de bibliotecas e de serviços de qualidade para atender as demandas da população é evidente. Logo, uma Biblioteconomia socialmente engajada é fundamental para incorporar a comunidade à instituição, dar protagonismo e empoderamento aos seus usuários, para que a biblioteca pública seja construída por e para a sua comunidade. Ainda mais com os novos desafios vindos com as tecnologias e a propagação do seu uso, reforçados pela falta de orçamento, problemas de gestão e o modelo da biblioteca pública nacional.

Então, o Desenvolvimento de Coleções na biblioteca pública é uma atividade complexa a partir da variedade de demandas que atende. Na década de 1960, a literatura sobre Desenvolvimento de Coleções era, em maior parte, estadunidense e dedicada ao estudo de bibliotecas universitárias, com a pública e escolar deixadas de lado. Alguns manuais didáticos internacionais apontavam a diferença entre o Desenvolvimento na biblioteca pública e universitária, já outros afirmavam que o processo é globalmente o mesmo e ocorre de forma

semelhante independente do ambiente. Porém, Vergueiro (1990; 1993) aponta que as particularidades de cada tipo de biblioteca são importantes e devem ser observadas, pois o processo não é o mesmo em todos os contextos, mas sim depende da instituição e do meio social em que se insere. Assim, é necessário que seu atendimento esteja voltado para quem mais precisa dela, sem importar modelos prontos, mas se adequando para cada realidade.

Entre as especificações para a biblioteca pública, com sua comunidade a ser atendida sendo mais variada e dinâmica, está a necessidade de um acompanhamento atencioso de suas mudanças de gostos e interesses. Assim, o trabalho de estudo da comunidade e sua diversidade é fundamental e deve ser realizado com atenção, bem como uma atividade de seleção cuidadosa e o desenvolvimento de sua política, com bons parâmetros e critérios para garantir a qualidade no gerenciamento da tomada de decisão quanto ao acervo e seu crescimento racional das coleções. Alguns dados importantes para a elaboração da política na biblioteca pública envolvem conhecer o estado geral do acervo, as áreas do conhecimento mais solicitadas e o perfil das necessidades informacionais do público. Outro ponto importante é o atendimento das demandas imediatas, com avaliação e desbaste constante do acervo. Desse modo, o bibliotecário deve atender seu público com praticidade e disposição, se mantendo atualizado e com boa memória para livros (Vergueiro, 1993; Miranda; Gallotti; Cecatto, 2017).

Além disso, o bibliotecário deve se lembrar da responsabilidade de garantir e executar os objetivos institucionais, adaptar os parâmetros do acervo conforme o contexto, promover continuidade e estabilidade nos procedimentos da unidade, independentemente do quadro de funcionários, promover o acesso aos recursos, com planejamento e administração, contemplar áreas de maior demanda, definir prioridades e critérios para a preservação, conservação, duplicatas e recebimento de doações (Miranda; Gallotti; Cecatto, 2017).

É importante realçar que, na biblioteca pública, os usuários são todos que residem na mesma jurisdição que ela. Logo, o estudo de comunidade deve ser realizado com periodicidade para acompanhar as mudanças no perfil da população ao entorno, com atenção para todos os aspectos, desde sociais e educacionais até econômicos e culturais. Então, os “não-usuários” também devem receber atenção, pois são a maioria da população da comunidade e, ao focar nos frequentadores, o alcance é limitado. Assim, para conhecer a comunidade é necessário usar os instrumentos adequados e interagir com os líderes e artistas locais, incluindo-os na comissão para o desenvolvimento do acervo (Vergueiro, 1990).

A seleção também deve receber atenção especial, para comparar as publicações disponíveis no mercado e avaliar - com as competências do bibliotecário e as sugestões dos usuários - quais materiais são coerentes para o acervo. Observando o interesse da comunidade

como fator decisivo no julgamento da seleção, seguido pelos recursos disponíveis. Com as coleções híbridas, que incluem o tradicional e o digital, as bibliotecas - e a política de Desenvolvimento de Coleções - não lidam mais somente com propriedades da unidade, mas com todo tipo de recurso para que se torne acessível ao usuário e o serviço de informação seja um espaço de lazer e aprendizado (Miranda; Gallotti; Cecatto, 2017; Costa; Fujino, 2022).

Vergueiro (1989) aponta que além da diversidade de usuários, a qualidade do material e os serviços da biblioteca também norteiam a seleção de informações educativas, utilitárias, recreacionais e outras. A Fundação Biblioteca Nacional orienta como critérios básicos para a seleção: conhecer a comunidade, possuir obras atuais e sobre temas sensíveis, sobre a região e escritas por autores locais. Para tanto, recomenda o uso de instrumentos auxiliares, receber sugestões dos usuários e a analisar os empréstimos e consultas da unidade, sendo que cada biblioteca pode estabelecer seus critérios, como obras raras, tipo de suporte, valor histórico, estado físico e acessibilidade (Geraldo; Pinto, 2019).

Portanto, uma boa política é o que fundamenta todos os processos do Desenvolvimento de Coleções e deve ser pensada segundo as necessidades da biblioteca pública.

1.3 A questão da Biblioteca Escolar

No Brasil, a Reforma do Ensino de 1971 trouxe a ampliação e democratização da escola, com consequente necessidade de bibliotecas escolares e políticas governamentais. Em 24 de maio de 2010, a lei 12.244/2010 conceituou a biblioteca escolar como uma coleção de materiais em qualquer suporte disponível para consulta, pesquisa, estudo e leitura, com, no mínimo, um exemplar por aluno matriculado. Para tanto, requer gestor habilitado que auxilie na busca por informações em fontes confiáveis ao mesmo tempo que incentiva a autonomia no ambiente (Miranda; Gallotti; Cecatto, 2017; Oliveira; Oliveira, 2022).

A biblioteca escolar está, por definição, ligada a um estabelecimento de ensino fundamental ou médio e sua comunidade é composta por todos os alunos matriculados, professores e outros funcionários. Trata-se de ambiente democrático, que estimula os alunos na busca por respostas na literatura e a interação entre eles, os professores e a informação (Cunha; Cavalcanti, 2008; Vergueiro, 1990; Geraldo; Pinto, 2019).

Logo, sua função primordial é atuar de forma complementar na escola, com o objetivo principal de apoio aos professores nas ações pedagógicas e no processo de ensino-aprendizagem, por meio do acesso crítico às informações, com o bibliotecário como mediador. A IFLA aponta como missão da biblioteca escolar o trabalho de proporcionar informações e ideias fundamentais para o desenvolvimento de competências e imaginação nos alunos, como preparo crítico para a sociedade contemporânea, sem censura nas discussões. Dessa forma, suas

funções são educativas e culturais para a formação do indivíduo - alunos e professores -, contudo, no cenário brasileiro, a biblioteca escolar ainda não possui seu espaço solidificado, o que é necessário para potencializar seu uso e benefícios no processo de ensino-aprendizagem, evitando maior desvalorização e que se torne um depósito de livros, sem investimento financeiro ou pessoal qualificado (Geraldo; Pinto, 2019; Ribeiro, 1994; Aguiar; Carvalho, 2022; Oliveira; Oliveira, 2022).

Como o espaço dinâmico que é, a biblioteca escolar precisa de alguns elementos essenciais: o usuário, o acervo, recursos humanos e financeiros, organização e atividades. Os estudantes devem ser a maior preocupação, com adequação do acervo ao seu tipo, curso e nível, contendo obras para consulta, didáticas, para lazer e recreação. Mas, a organização dos produtos informacionais, características locais e dos equipamentos também devem receber atenção, haja vista que a biblioteca escolar possui um papel fundamental na formação de leitores e no incentivo ao hábito de leitura. O sucesso em cativar leitores ou não vai depender do acervo e do profissional atuante, que pode estimular o sentimento de pertencimento no contato com o ambiente e o outro. O trabalho com as novas tecnologias também colabora com a interatividade na dinâmica diária e torna o espaço um centro de multimeios - ou centro de investigações - à disposição dos objetivos da unidade. Além disso, esse contato direto das crianças e adolescentes com a tecnologia auxilia na compreensão da palavra escrita em diferentes contextos, com funções e características variadas (Geraldo; Pinto, 2019; Vergueiro, 1993; Aguiar; Carvalho, 2022; Oliveira; Oliveira, 2022).

Pensando nisso, o usuário infantil possui potencial informacional e deve ser preparado pela família, escola e sociedade para desenvolver sua compreensão do mundo. Ou seja, a biblioteca escolar e suas atividades são partes fundamentais para a ampliação da competência informacional em crianças e adolescentes, com as particularidades de cada grupo, promovendo o contato com conhecimentos e recursos diversos ao mesmo tempo que dá espaço para o saber anterior do estudante. Inclusive, a mudança nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) recomenda a aprendizagem sobre fontes de informação e tecnologia desde o início do ensino fundamental, com diversidade de materiais e suportes atuais, ao passo que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) indica o conhecimento histórico sobre o mundo social, cultural, físico e digital (Aguiar; Carvalho, 2022).

Sobre o acervo, a política de Desenvolvimento de Coleções é documento estrutural que se pauta nos usuários e atividades pedagógicas, no sistema educacional vigente e na seleção e desbaste de materiais para fins didáticos conforme o currículo da instituição. Logo, a biblioteca escolar deve dar suporte para a sua instituição e ser integrada tanto a ela quanto ao

seu processo educacional, com um acervo tratado, acessível e de qualidade para seus usuários (Vergueiro, 1989; 1993; Oliveira; Oliveira, 2022).

É importante dar ênfase para o aspecto pedagógico e os cursos oferecidos como guia para os critérios da política de seleção, mas alguns deles podem ser: qualidade, demanda, quantidade temática na coleção, autoridade, atualidade, estado físico, idioma, custo e usuário potencial. A comissão de seleção, composta pela comunidade escolar, é necessária nesse processo, no qual trabalha com o bibliotecário para debater e conhecer as demandas e também possui poder de decisão sobre aquisições, geralmente se reunindo quando há verba. Já a avaliação e desbaste da coleção são realizadas conforme as mudanças curriculares (Geraldo; Pinto, 2019; Vergueiro, 1989; Aguiar; Carvalho, 2022).

Ribeiro (1994) analisou os critérios de avaliação do Conselho Internacional de Livros para Crianças, realizado na Califórnia. Sua ênfase é a questão do negro e em como o racismo pode aparecer nos livros, mas os elementos apontados podem ser considerados em diferentes casos se observados com atenção. Primeiro, sobre as ilustrações, com a verificação de possíveis estereótipos e preconceitos; a seguir, o conteúdo, observando atitudes racistas e sexistas, mesmo que sutis; estilo de vida (como os grupos minoritários são apresentados?); relacionamentos (quem possui a liderança?); heróis (negros e brancos são reconhecidos pelas mesmas qualidades?); efeito sobre a imagem (como a cor negra é apresentada?; sentido das palavras (quais adjetivos se referem às minorias?); autoria (intenção e origem do autor, fala por seu grupo de forma parcial); e perspectiva histórica (análise do contexto e espaço temporal). É importante que o livro traga o cotidiano dos estudantes ou questões de conscientização dos privilégios, indo além de sua bolha para obter qualidade psicopedagógica. Assim, conhecer diferentes livros facilita o trabalho do professor e bibliotecário em colaboração para contrapor paradigmas, além de proporcionar ao aluno o contato com diferentes ideologias e temáticas.

Há também a lei 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003, que aponta a obrigatoriedade da temática histórica e cultural afro-brasileira nas escolas, como incentivo a práticas e leituras antirracistas. Existem outras leis e diretrizes visando propor medidas que corrijam as injustiças e discriminações, conforme estimulam a inclusão social na educação e promovem o repensar dos espaços escolares, a biblioteca inclusa. Oliveira e Oliveira (2022) defendem que as desigualdades (social, racial, financeira) devem ser discutidas, com outros temas atuais e relevantes, desde a primeira infância, para transformar aos poucos a cultura racista, proporcionar a observação das relações sociais pela comunidade escolar e formar os estudantes como cidadãos conscientes. Essas discussões devem possuir espaço na biblioteca escolar, preferencialmente com o uso de seu acervo diverso, inclusivo e multicultural e de seu espaço

aberto a diálogos, pois, conhecer o outro amplia a visão de mundo das crianças (e de todos) e ajuda a minimizar a sensação de invisibilidade que podem sentir ao não serem representadas, estimulando o pertencimento e aceitação entre os estudantes.

O bibliotecário escolar, então, possui papel ativo e deve participar do processo de elaboração dos projetos político-pedagógicos, para que o desenvolvimento do acervo seja de qualidade e atenda às demandas, sem deixar de ser atrativo e estimulante. Outro ponto de destaque é o importante papel do bibliotecário no desenvolvimento informacional infantil, com a apresentação de valores éticos e legais do acesso e uso da informação, além do auxílio no uso de ferramentas e estratégias para encontrar a informação desejada conforme sua faixa etária e desenvolvimento cognitivo. Além do que, a competência informacional crítica instiga os estudantes a buscarem por outras vozes, geralmente silenciadas, que ficam a parte das informações tendenciosas e favoráveis a um grupo ou ideologia dominante, seja intencional ou não (Aguilar; Carvalho, 2022).

Mas, no contexto geral, a integração com o projeto político-pedagógico não acontece e a biblioteca fica com o potencial educativo comprometido, além da qualidade de seu acervo. Com a lei 12.244 de 24 de maio de 2010, pela qual todas as escolas devem possuir bibliotecas, poderia existir um incentivo governamental para a universalização das bibliotecas escolares, com a sistematização das políticas de desenvolvimento e formação de coleções (Aguilar; Carvalho, 2022).

Por fim, compreender as características do público infantil e a realidade do ambiente escolar são fundamentais para entender o papel do acervo e da biblioteca (Aguilar; Carvalho, 2022). Oliveira e Oliveira (2022) afirmam que a visão da biblioteca como centro de investigação propõe questionamentos e descobertas importantes para a formação cultural e social dos frequentadores, além da consciência sobre preconceitos comuns.

Portanto, uma política de Desenvolvimento de Coleções integrada e bem planejada faz a diferença na rotina da biblioteca escolar, devendo contar com a reflexão e colaboração dos professores, bibliotecários e alunos.

Diante do exposto, o planejamento e desenvolvimento de coleções se mostra sólido e permanecerá diante das mudanças tecnológicas, contextuais e de formatos de materiais. Sobre essa questão, entra o objeto de estudo desta pesquisa, o livro interativo.

2. O LIVRO INTERATIVO

O que é um livro, afinal?

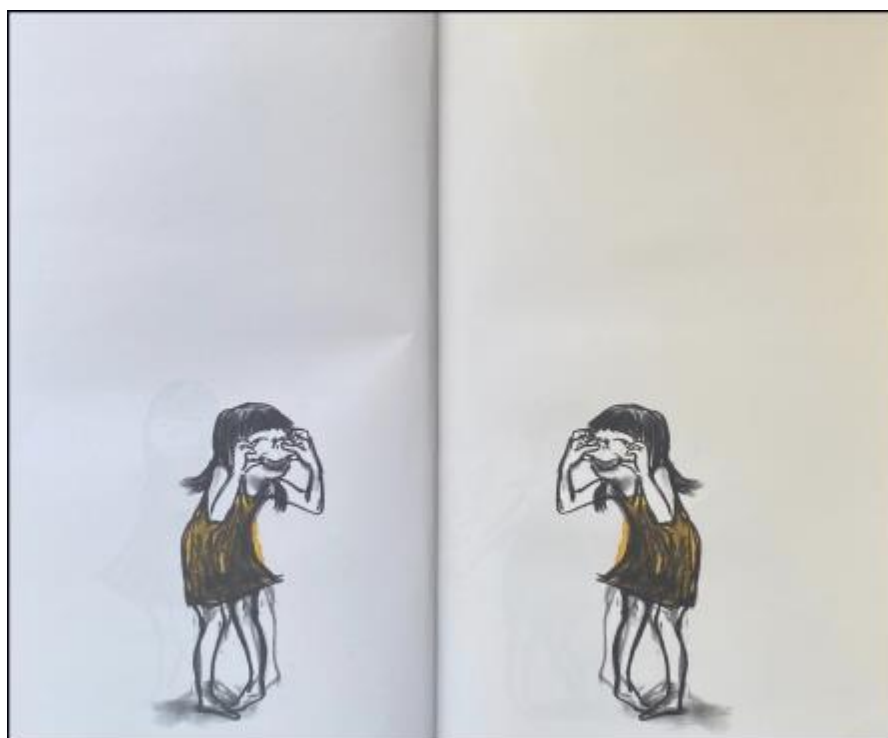
O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008) apresenta um extenso e multifacetado verbete para “Livro”. Dado o escopo da presente pesquisa, podemos definir que o Livro, enquanto objeto, é tanto um suporte tangível - quando impresso, e que reúne folhas ou cadernos em uma unidade bibliográfica ou em volumes, com diferentes características editoriais e materiais, ainda que o papel predomine em sua concepção mais difundida para a contenção e exposição dos dados informacionais que comporta -, quanto intangível - com dimensão virtual por sua conversão ao meio digital, acessível através de computadores, celulares ou dispositivos específicos como o Kindle, assim proporcionando uma maneira diferente de consumo e interação com o conteúdo a ser lido, isto é, desde configurações editoriais passíveis de modificação nesse formato (como luminosidade da página, tamanho da fonte e porcentagem de leitura) até ferramentas para anotações, destaques e compartilhamento de trechos (Cunha; Cavalcanti, 2008). Essa definição limita o aspecto plural que compõe o livro, como os âmbitos materiais, históricos, simbólicos e outros.

Ainda segundo o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008), o “Livro Interativo” equivale, conceitualmente, ao “Livro Eletrônico”, descrito ao fim do parágrafo anterior. Tal equivalência, em uma obra de referência difundida e prestigiada na área biblioteconômica, demonstra que o livro, em sua tipologia interativa, carece de uma definição mais profunda e individualizada, indicando, justamente, a ausência de pesquisas oriundas da área que objetivam uma aproximação a partir de algum de seus eixos nucleares, como é o caso do Desenvolvimento de Coleções.

Medeiros (2022), por sua vez, traz a definição do “Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico” (Faria; Pericão, 2008), no qual o livro é tratado como mais do que um objeto a ser interpretado, diverso e que acolhe as diferentes formas de transcrição do pensamento nos variados suportes, acompanhando as mudanças humanas. Logo, ultrapassa seu suporte, com múltiplas possibilidades de significação que resultam no arranjo de todos os seus elementos em uma sequência estruturada de momentos, iniciada quando o leitor abre suas páginas. Ainda segundo a autora, essa estrutura pode ser limitadora ou inovadora: a limitação se dá pelos próprios elementos constituintes, como a margem e a dobra, e a inovação também, se seu uso for criativo ao montar as linguagens e formas no aspecto da materialidade. O livro “Espelho” (2009) de Suzy Lee é um ótimo exemplo, pois a autora cria uma estética que coloca o leitor para descobrir o espelho nas margens e na dobra da encadernação, sem insinuação direta do que é. A personagem principal igualmente descobre a existência do objeto e interage com seu

reflexo. Essa arquitetura torna o livro mutável e faz com que evolua como signo, oferecendo experiências únicas e construídas na relação com o leitor, o agente nuclear e que produz sentido na leitura, de acordo com seus fins e objetivos, influenciáveis pelo contexto sociocultural e constituindo assim a experiência do ato (Goulart, 2014; Frederico, 2016).

Figura 3 - Margem central como moldura do espelho



Fonte: “Espelho”, de Lee (2009)

Quanto ao livro interativo, a construção de seu sentido ocorre no encontro com o corpo, ou seja, o leitor deve ser ativo ao se entregar à exploração e brincar com a materialidade, encontrando na leitura diferentes sentidos físicos e trabalhando os processos cognitivos e sensório-motores. Medeiros (2022) alça o livro interativo para além dos livros tridimensionais ou com alguma modificação de design, incluindo obras que promovem a interação mental com o leitor no formato convencional ou em formatos híbridos, envolvendo o digital. E é sob a ótica de Medeiros (2022, p.79) que este trabalho comporta e define o livro interativo, já que “[...] há de se chamar de livro interativo analógico aquelas produções que exploram as materialidades do objeto livro para compor um arranjo estético que oportuniza ricas experiências de/com/pelas linguagens, as quais [...] mobilizam os sentidos ao ler sua arquitetura”. Trata-se de um objeto de transfiguração da leitura que estabelece uma nova emoção ao leitor (informar, estimular, intrigar, entreter) na experimentação de sua estrutura/arquitetura para a construção de

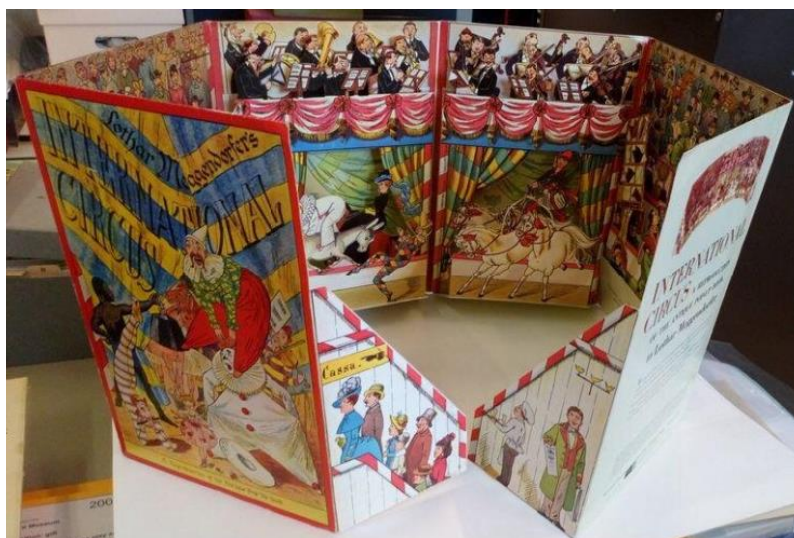
significados. Logo, o livro interativo inova ao misturar elementos que, ao serem integrados e em interação, criam um objeto-espço novo.

No caso dos livros digitais, ocorre a desmaterialização e uma nova configuração de leitura. São livros que são livros sem ser; simulações que tornam as barreiras entre o texto e o real menos definidas e mais dinâmicas. A literatura interativa (seja de livros analógicos, híbridos ou digitais) é um passo além, que brinca com o experimentalismo artístico-literário e permite ampla atuação leitora (Frederico, 2016; Medeiros, 2022). Mas antes que assim fosse, o livro percorreu uma trajetória cujo breve panorama será descrito a seguir.

A gênese do livro interativo ocorre na Europa do século XIII, com o surgimento de elementos móveis e rodas nas obras. Eram principalmente livros de caráter didático ou científico, sendo voltados para adultos e com a intenção de explorar o lúdico na interação. Somente a partir do século XVIII, principalmente do XIX em diante, que começaram a ser mais voltados para a infância (Medeiros, 2022).

Existem divergências entre as datas de algumas publicações mais antigas. A grande maioria estão em bibliotecas ou museus para livros raros e não podem mais serem tocados, ou seja, não existe interação direta com o leitor. Como forma de consulta e conhecimento da obra, alguns espaços fazem simulações de como seria o manuseio. Um exemplo é o livro “Circo Internacional” (*International Circus*, 1887) de Lothar Meggendorfer, registrado e publicado em um vídeo no YouTube pela Biblioteca da Universidade da Flórida¹, apresentando suas páginas e alguns detalhes (Medeiros, 2022).

Figura 4 - Livro Carrossel



Fonte: “International Circus” (1887), por Lothar Meggendorfer²

¹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PLlRaokcIj0&ab_channel=FSULibraries. Acesso em: 27 jan. 2024

² Extraída de: <https://collections.vam.ac.uk/item/O1527532/reproduction-of-lothar-meggendorfers-1887-pop-up-book-kestrel-books/>

Figura 5 - Livro Carrossel, por outra perspectiva



Fonte: “International Circus” (1887), por Lothar Meggendorfer³

Medeiros (2022) comenta que nesse período os editores inovaram com a tecnologia do papel e a manipulação do livro como um objeto-brinquedo. Os livros-brinquedo (*toy books*), como foram vendidos na época, atraíram a atenção de adultos e crianças por seu aspecto brincante que cria intimidade entre livro e leitor pela leitura sinestésica, ativa e animada. E com a ascensão da burguesia e mudança na posição da criança para a família, a literatura infantil ganhou força. Os textos para o público infantil tinham a intenção de influenciar determinados comportamentos e reforçar valores sociais. Na nova unidade familiar (pai-mãe-filhos), a criança começou a ser vista como merecedora de atenção e preocupações especiais (Caldin, 2003).

No Brasil do século XIX, a literatura infantil e juvenil era de cunho moralista e com modelos formadores de caráter a serem seguidos pelas crianças e jovens. Caldin (2003) aponta que o desenvolvimento da literatura infantil brasileira reflete o sistema social da época, um cenário plural no qual, por um lado, algumas crianças tinham pouco ou nenhum acesso aos livros, e por outro, outras tinham facilidade de acesso aos bens de consumo. A autora ainda expõe que no Brasil atual a desigualdade continua presente, mas o livro infantil - interativo ou não - apresenta a realidade de forma lúdica, provocando emoção e curiosidade, cumprindo também sua função social ao fazer a criança perceber a realidade ao redor.

Na literatura infantil contemporânea existe a concepção de texto aberto a múltiplas leituras, como um suporte que dá espaço para as crianças experimentarem o mundo ao questionarem e refletirem sobre possíveis dúvidas na leitura. A magia do imaginário é

³ Extraída de <https://i.pinimg.com/originals/b4/1c/5c/b41c5c000f5b44f12048c2b1b3a1ea2c.jpg>

necessária ao desenvolvimento infantil, é estimulante e trabalha a sensibilidade artística, além do equilíbrio entre o sonho e o real (Caldin, 2003).

Segundo Gutfreund (s.d), a partir da metade dos anos 1950, a produção dos livros destinados às crianças começou a ter forte presença de publicitários, artistas gráficos e designers. As obras desse período trazem formas estilizadas e abstratas, cores e elementos gráficos como recursos para a construção da narrativa. A forma do livro como conhecemos existe pela necessidade da leitura, ou seja, da manipulação realizada pelo leitor. Tal formato permite a simulação e ordenação do tempo por meio do livro.

A partir dos anos 1990, alguns ilustradores brasileiros começaram a participar da Feira do Livro de Bolonha e trouxeram com eles uma nova visão e perspectiva de fazer e pensar a literatura infantil. Os livros evoluíram e, em 2010, a tipologia de livros digitais interativos (livros-aplicativos ou *picturebooks apps*) começa a aparecer como aplicativos para dispositivos móveis. Antes sua existência e acesso era limitada ao formato de *CD-ROM*, mas com os dispositivos móveis, a experiência de leitura se tornou próxima da impressa, com o *touch screen* possibilitando a participação direta do leitor na história. Os livros interativos digitais ganham a atenção do público infantil pela multimodalidade e interatividade, além da relação ativa com o texto e o intrínseco aspecto lúdico (Fleck Cunha; Caldin, 2016; Frederico, 2016).

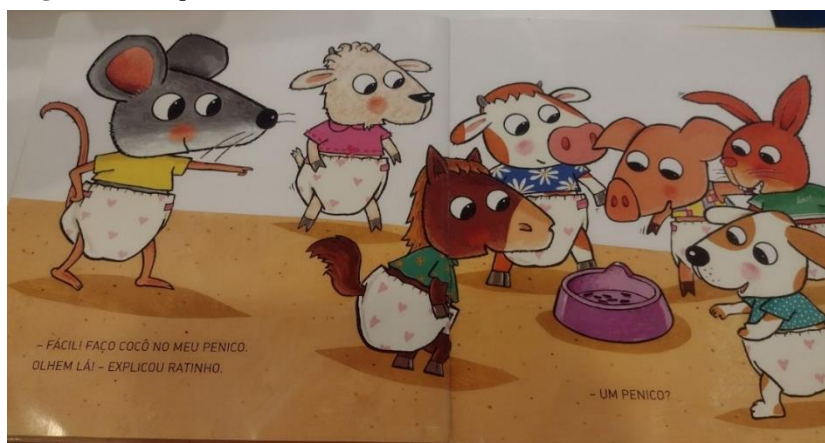
Atualmente, a tipologia de livros interativos costuma ser publicada de forma mais independente por seus autores e ilustradores, apesar de selos como o Brinque-Book, da Companhia das Letras, apresentarem obras diversas e divertidas para o público infantil. “O que tem dentro da sua fralda?” (Guido van Genechten, 2010) apresenta um ratinho curioso que vai ao encontro de seus amigos com a pergunta que dá título ao livro: “O que tem dentro da sua fralda?”. A obra apresenta a resposta por meio de abas interativas, até que os amigos retornam a pergunta e descobrem que o ratinho usa penico.

Figura 6 - "O que tem dentro da sua fralda", Guido Ban Genechten (2016). Livro com abas



Fonte: Acervo pessoal da autora

Figura 7 - "O que tem dentro da sua fralda", Guido Ban Genechten (2016).



Fonte: Acervo pessoal da autora

2.1 A experiência leitora com o livro interativo

O caminho do livro até o leitor e a interação que surge entre ambos também são importantes.

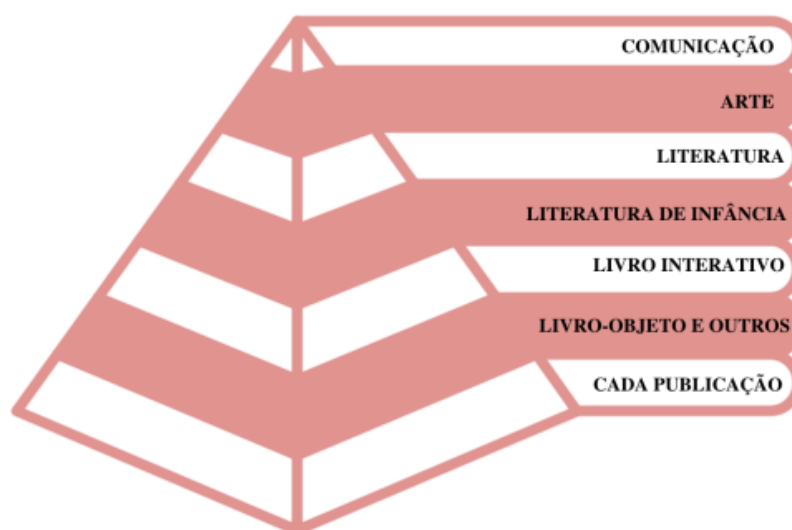
Todo seu ciclo de vida e comunicação autor-leitor circula por fronteiras que vão desde o acesso, a censura e as classes sociais até conflitos de interesses, limites geográficos e entre outros. Desse modo, o livro é ressignificado, de acordo com seu encontro e a apropriação pelo leitor. Isto é, até mesmo um livro fechado, inacessível, pode ser provocante, dada sua diversidade de formas e sentidos para comunidades de leitores de tempos e lugares variados, bem como suas características como objeto cultural (Goulart, 2014).

Sabe-se que, ao mudar o suporte, muda-se a leitura. Mesmo que o texto seja exatamente igual, cada suporte proporciona uma experiência diferente, pois as materialidades que compõem as obras também são partes da linguagem. Pela materialidade, o primeiro contato com a leitura é na exterioridade: as sensações que o material causa incentivam a exploração concreta, sugerem posturas, escolhas e usos. Com o livro interativo, sua mistura de linguagens e signos forma algo novo e integrado, que estimula o leitor e oferece liberdade para que ele brinque e interaja de maneiras diversas, como morder, voar e até vestir. Surgem daí as diferentes nomenclaturas para o livro interativo: livro vivo ou livro animado e livro-objeto, subdivididos em livro *pop-up*, livro-brinquedo, livro-teatro, livro-poema e entre outros. Independente do termo utilizado, ele desperta o interesse de curiosos, de novos ou não leitores por seu marcante meio lúdico e as diferentes experiências que podem ser vividas na mistura de meios e formatos. Além disso, o livro interativo pode ser motivador e atrativo para aqueles com dificuldade na decodificação do texto escrito (Medeiros, 2022; Frederico, 2016; Goulart, 2014).

Os livros permitem interação com o leitor, isso porque o sujeito dá seu próprio significado aos espaços livres, controla o ritmo de leitura e interação com o livro, mesmo que este não proponha sua participação direta. A liberdade do leitor, apesar de limitada, pode subverter o que o livro propõe, com seus gestos que mudam segundo o tempo, lugar, objeto, objetivo e comunidade leitora. Logo, o leitor não é sujeito passivo, pois carrega consigo sua experiência de vida e repertório literário. A interatividade é característica de qualquer texto que estabelece relação entre o mundo representado e o real, com o leitor. Dessa forma, os livros interativos são diferentes dos tradicionais, tendo em vista que sua arquitetura é intencionalmente planejada para fomentar os processos criativos do leitor (Goulart, 2014; Frederico, 2016; Medeiros, 2022).

Tratando-se de categorizações, Medeiros (2022) propõe uma tabela taxonômica inspirada em outros autores (Alencar, 2018 e Pereira, 2020) para reunir, organizar os conceitos envolvidos e apontar a posição do livro interativo nesse meio.

Figura 8 - Tabela taxonômica



Fonte: Medeiros (2022, p. 77)

Conforme a imagem: a comunicação é a expressão humana; arte são as produções artísticas; literatura são as produções literárias infantis; livro interativo inclui todos os seus tipos, inclusive digitais; livro-objeto e outros são os diversos tipos de livros interativos; e cada publicação é cada obra.

Medeiros (2022) comenta que um livro pode ser classificado em mais de uma subcategoria, a depender de seu arranjo estético, porém, o mais importante é a experiência leitora e, entre as nomenclaturas, estão os espaços de intersecções.

Figura 9 - Intersecções das nomenclaturas do livro interativo



Fonte: Medeiros (2022, p. 79)

O consenso entre diferentes autores é sobre a experiência do leitor com o livro interativo, que transfigura a leitura e traz emoção ao misturar meios para formar uma nova vivência. Isso porque esse tipo de produção literária possui “vocação experimental” que ultrapassa o conceito de livro e “não se prende a padrões de forma ou de funcionalidade, explorando ao máximo toda a potência das linguagens manipuladas, incluindo a própria natureza objetual” (Medeiros, 2022, p. 93).

O leitor tem papel ativo ao criar conteúdo nas lacunas deixadas pelo autor, no virar das páginas. A suspensão do estar entre páginas d  ritmo ao livro e tempo para o leitor absorver o que foi lido,   um momento de antecipac o que requer pensamento crítico para fornecer o que não está lá. Em todo texto existem essas lacunas - indefini es – e, no caso do livro interativo as lacunas, são visíveis nas quebras de página; são momentos de silêncio e suspensão que ficam para a interpreta o do leitor. Na nova gramática de leitura, o leitor   aprendiz, inteligente, capaz, explorador e investigador;   desafiado a ler o que está implícito e sugerido, não são o que aconteceu e pode ser visto. Assim, o espaço vazio   do leitor e também constrói sentido, a suspensão e o não ocupar são possibilidades (Gutfreund, s.d.).

Leitura é um termo poliss mico e seu significado depende do enfoque. Sendo generalista, a leitura   vista como alfabetiza o e letramento. Aprofundando, existem concep es antag nicas: a de ler como *extrair* significado ( nfase no texto) e a de ler como

atribuir significado (ênfase no leitor). E existe a concepção conciliadora, que coloca o leitor e o texto em constante interação. Ler, então, é interagir e na interação com o texto, produzir significados. Sendo o texto um lugar transitório e de cruzamento de linguagens, a leitura deve ser interpretada e considerada como um constante ultrapassar de limites (Caldin, 2003; Andrade; Melo, 2017; D’Angelo, 2013).

Assim, a leitura pode ajudar na construção e constituição de si mesmo, a encontrar espaços de liberdade e até mesmo dar sentido à vida. O texto só existe se estiver em uma materialidade, precisa de um suporte que possibilite sua leitura e o livro não envolve somente o objeto em si, mas hábitos e usos. Logo, novos suportes envolvem novos gestos e práticas intelectuais para o leitor, que mudam conforme a época e lugar. As práticas de leitura são aprendidas e ensinadas culturalmente para lidar e atribuir sentido a determinados objetos. Elas envolvem o corpo inteiro, a inserção do sujeito em um ambiente e a sua relação consigo e com os outros (Fleck; Cunha; Caldin, 2016; Goulart, 2014).

Como a sociedade valoriza a escrita e não a oralidade, a leitura não é mais privilégio da minoria e é reconhecida como direito de todos, mesmo que seja mal compartilhada. Um dos motivos ocultos é a necessidade do desenvolvimento econômico por uma sociedade em que todos saibam ler e o façam com facilidade, devido à alta demanda de leitura. As crianças de baixa renda saem da escola sabendo ler, mas não interpretar e compreender, o que gera maior desvantagem na vida adulta e disparidade socio-cultural. Por outro lado, o livro proporciona iniciação estética, que, se realizada uma leitura crítica e reflexiva, provoca o questionamento, a conscientização e a libertação. O indivíduo pode ficar insatisfeito com seu cotidiano e nasce em si o desejo de mudança, estimulado pelo bem-estar que o livro traz (Caldin, 2003).

Posto isto, cada produção editorial é pensada para a leitura que será feita, para o tipo de texto e público a que se direciona. Assim, as transformações no livro e nas práticas de leitura caminham juntas e o objeto-livro é carregado de conteúdo textual e também de ação leitora sobre a materialidade. O encontro entre livro e leitor é íntimo e gera uma ligação para além da apropriação do conteúdo escrito, deixa marcas no livro, revela práticas culturais e características do leitor. A leitura como prática cultural precisa de um leitor com repertório, que une sentidos para constituir significados conforme o objetivo da leitura, gestos, espaços, pessoas, atitudes e predisposição. Ou seja, os “ritos de leitura” são as ações que mudam os sentidos do ato de ler. Tudo isso cria novos níveis de significado e cada leitor é afetado pelo anterior. Percebe-se então uma relação em tríade entre texto, objeto de suporte e prática de leitura realizada (Goulart, 2014).

Bettocchi e Klimick (2008) comentam sobre o conceito de Barthes (1992) de produtividade no texto literário como a capacidade do texto de mudar a cada leitura e produzir sentidos múltiplos e renováveis, de modo que o leitor atualiza as conexões sobre o texto na sua imaginação. Nenhuma primeira leitura é primeira leitura, haja vista que o leitor traz sua bagagem de textos anteriores. A releitura serve para quebrar a objetividade e dar espaço à subjetividade, é uma prática contrária ao comercial e ideológico de consumir uma história após a outra. Rer salvar o texto da repetição e o multiplica, pois o leitor procura leituras diversas na mesma obra e a torna plural, como uma rede múltipla entrelaçada que não possui estrutura ou lógica narrativa, mas é multivalente, reversível e polissêmica. Os autores apontam que quanto maior a pluralidade, menos está escrito antes da leitura e o ato de ler precede a escrita - todo escritor e artista foi antes leitor -, sendo que o eu-leitor é constituído pelos textos lidos.

A subjetividade é um processo que está em movimento, sofre influências diversas e pode ser mudado. Cada sujeito é produtor de subjetividade, isso porque ela é produzida de modo individual, coletivo e institucional; são as diversas formas de ver, sentir e estar no mundo. A subjetividade carrega muitas possibilidades que permitem recompor uma “corporeidade existencial”, lidar com impasses, repetições e “ressingularizar-se” (Andrade; Melo; 2017).

Todo leitor faz inferências particulares na leitura e atribui sentidos com a relação autor-leitor por meio do texto, com observações singulares e subjetivas. O texto é reconstruído a cada leitura e as diversas possibilidades de sentidos são estabelecidas pelo leitor e/ou ouvinte, que constrói significados individuais. Logo, os textos são fluidos e não fixos. Seu potencial de significado se desenvolve ou não conforme os interesses, motivações, experiências, subjetividade e contexto do leitor. Como o texto é polissêmico, pode ser reconstruído pelo receptor, que negocia seus significados e dá sentido a partir da intencionalidade que o mediador traz (Andrade; Melo; 2017; Frederico, 2016).

2.1.1 O livro interativo é (somente) para crianças?

O livro interativo não é, necessariamente, uma tipologia infantil, como sua nomenclatura pode expressar em um primeiro momento, mas ele ganha destaque na literatura para a infância e com esse público. Tal formato literário “[...] expande as narrativas verbo-visuais características do livro ilustrado impresso ao incorporar sons, movimentos e interatividade” (Frederico, 2016, p. 105). Ele existe no espaço de inovação entre o mundo da literatura artística e da literatura infantil e juvenil. Logo, é livro híbrido, intersecção entre arte, literatura, linguagem, código, materiais, conhecimentos e conta com a responsabilidade do sujeito-leitor. O livro interativo é um produto estético realizado quando é manipulado, ou seja,

é material manual que existe no equilíbrio entre o livro e o brinquedo e precisa do leitor como ponte entre as imagens e palavras. Sua interação acontece natural e simples por meio do manuseio (D'Angelo, 2013).

A literatura infantil explora a duplicidade de conteúdos e as formas de interação entre texto e imagem, com experimentações estéticas nas imagens e objetos, mas o espaço verbal tende a prevalecer sobre o aspecto visual. Suas raízes estão nos contos e fábulas, com parte da narração sendo ocupada pelas ilustrações e pela atmosfera de liberdade e fantasia. Apesar disso, recebe fortes influências dos livros de artista, visível nas ilustrações e no objeto em si, com destaque para os livros de imagens ou livros-álbum (Alencar, 2018).

Isto é, o termo “livro ilustrado” é abrangente e abarca tanto os livros infantis quanto os de artista, tendo em vista que demonstra a afinidade entre o texto e imagem nas obras. Alencar (2018) comenta que uma característica do livro ilustrado infantil é a brevidade de sua extensão e narrativa, com média de 32 páginas. Além disso, há o predomínio da imagem sobre as palavras ou mesmo nenhum texto, no caso do livro de imagem. As imagens ampliam e transformam o texto, pois estão entre o mundo verbal e pré-verbal, são então aliadas das crianças (Fleck; Cunha; Caldin, 2016).

D'Angelo (2013) realça que as fronteiras entre gêneros literários e discursos estéticos são limites imaginários, que suas separações não são rígidas e o importante é a discussão sobre a linguagem, o objeto-livro e sua leitura, pois a literatura é espaço de mediação e um campo não predomina sobre o outro. Assim, o texto é fato literário, representa um produto artístico, estético e cultural e o livro interativo inova na quebra de paradigmas do livro e da narrativa ao trazer novas possibilidades de articulação.

A separação de obras por faixa etária é considerada simplista por alguns autores, tendo em vista que não leva em consideração que algumas obras possuem maior identificação com determinados públicos do que outras. É importante considerar que a leitura não pode ser idealizada e separada por idades, ainda mais se generalizar as crianças e não observar suas particularidades. A literatura infanto-juvenil está inserida no meio das obras populares - aquelas com linguagem direta e acessível, que abordam temas humanos que geram identificação independente do grau de escolaridade ou idade -, pois usa linguagem popular que é capaz de causar identificação em todos os públicos. As fronteiras entre a literatura infantil e juvenil são nebulosas e não podem ser definidas por características textuais; seu público principal, a criança leitora, também não é fácil de definir, mesmo as faixas etárias são complicadas, visto que é complexo definir etapas da vida e a indicação por idade pressupõe que todas as crianças da mesma idade são iguais e existem textos especiais para cada idade. Além disso, apesar de muitas

histórias trazerem o rótulo de serem para crianças, despertam o interesse e encantamento dos mais velhos. Portanto, o termo literatura infanto-juvenil é impreciso, pois abrange grupos desde a primeira infância até quase a vida adulta, ou seja, engloba a literatura para crianças, para adolescentes ou a união entre as duas. Idealmente, literatura “infanto-juvenil” poderia ser separada em literatura infantil e literatura juvenil (Costa; Fujino, 2022).

Existem tabelas e esquematizações que não significam início ou fim da infância, mas que ajudam a entender esses períodos. Como a vista abaixo, por Medeiros (2022).

Quadro 1 - Esquematização das faixas etárias das infâncias

Idade	Período
0 a 3	Primeiríssima infância (leitor bebê)
4 a 6 anos	Primeira infância (leitor iniciante)
7 a 9 anos	Infância (transição do leitor iniciante para o autônomo)
10 a 13 anos	Pré-adolescente (transição do leitor autônomo para o experiente)

Fonte: Adaptado de Medeiros (2022)

A literatura infantil tem sido valorizada nos diferentes espaços de convivência por seu lado lúdico, poético e educativo. Entre suas tipologias estão as obras escritas das tradições orais, as escritas para uma criança que se espalharam, as adaptações infantis de textos para adultos e as obras escritas para crianças. Antes de tudo, a literatura infantil é literatura e expressão artística, um instrumento de sensibilização da consciência de si e do mundo. Fleck, Cunha e Caldin (2016) apontam que a classificação geral da literatura infantil é aquilo escrito para crianças, mas que talvez devesse ser o que as crianças leem com interesse e prazer, textos que combinam o lado estético com a formação de valores, consciência crítica e percepção. As autoras ainda afirmam que as grandes obras possuem os dois, o lado estético e educativo. O estético provoca emoções, diversão e modifica a consciência do mundo, é o que estimula a imaginação, traz o desejo pelo livro e possibilita a leitura múltipla e diversificada; o lado educativo é a intenção pedagógica, o estímulo à criatividade e a descoberta de novos valores.

Em contrapartida, D’Angelo (2013) comenta que a literatura de modo geral não é prestigiada devido ao problema do estudo, da difusão e da educação como base para a leitura. Um dos motivos apontados pelo autor é a formação insuficiente de professores dos diferentes níveis sobre leitura, metodologia, domínio de conteúdos e didática. A literatura infantil e o livro interativo podem ser utilizados como apoios fundamentais para a formação de leitores-crianças

e sua continuidade como adultos. Escrita e leitura envolvem responsabilidade, ainda mais quando para crianças, que não possuem recursos desenvolvidos para analisar ideologias e questões ocultas.

Logo, a literatura infantil possui função formadora ao apresentar modelos de comportamento para a integração da criança na sociedade, além de função social, ao facilitar a compreensão da sociedade, a reflexão crítica e o questionário por meio da leitura. Ser leitor, então, é função social, pois envolve ações individuais, esforços coletivos e necessidades econômicas. É importante realçar que tanto a literatura do texto maravilhoso quanto a do texto realista cumprem seus papéis sociais na coletividade contemporânea, com o conhecimento sendo mantido, difundido e estocado pelo livro, independente de seu formato (Caldin, 2003).

Caldin (2003) defende que a leitura deve ser apresentada como atividade natural na infância e não ter seu destino exclusivamente ligado às instituições especializadas, como a escola e a biblioteca. Outro ponto é a falta de políticas e projetos sociais que promovem a consciência crítica na leitura, sendo que a maioria possui ênfase na distribuição desigual de bens culturais. Costa e Fujino (2022) abordam a mesma questão ao comentar sobre a rede municipal de bibliotecas de São Paulo: para os autores, faltam políticas de mediação de leitura e para a formação de leitores a longo prazo e o modo que o livro é oferecido para as crianças pode não ser o melhor.

Segundo Frederico (2016), há um baixo número de bibliotecas por habitantes e poucas livrarias - cada vez menos -, sendo que os livros são caros. A escola, que poderia proporcionar o contato com a leitura de forma prazerosa, trabalha as obras de forma instrumental e sem liberdade de escolha. Nas instituições de ensino, desde os primeiros anos, o trabalho de livros ilustrados e de histórias em quadrinhos é realizado conforme a pedagogia tradicional, voltada para o texto e não para o visual ou para as relações entre texto e imagem. A autora ainda comenta que a “crise na leitura” é sobre a definição tradicional de leitura - a decodificação do texto em papel -, pois o leitor atual precisa de mais habilidades para lidar com a complexidade textual e midiática.

A comunicação cria e é criada pelo contexto comunicacional, sua limitação existe conforme as possibilidades dos meios utilizados. Na educação primária costuma ser trabalhada de forma simples, o que gera descompasso entre a sala de aula e as habilidades utilizadas no cotidiano, essenciais para o adulto multi-letrado. A leitura sempre ocupou pouco espaço na vida das crianças, mesmo sendo fundamental para o desenvolvimento cognitivo, emocional, linguístico e literário na infância. No Brasil, as tecnologias de comunicação digital hoje ocupam

o espaço que antes era da televisão. Diante deste cenário, o livro interativo reflete a realidade comunicacional e pode ser explorado no contexto educacional (Frederico, 2016).

Quando é de qualidade, a literatura infantil pode promover o letramento por meio das relações entre a linguagem visual-verbal e por seus efeitos simbólicos, metafóricos e poéticos. O leitor desenvolve a compreensão dos códigos individuais e das relações intermodais, além do significado único de sua união. Com o livro digital existe também a leitura e articulação das imagens em movimento e sons. Frederico (2016) aponta que o letramento com livros interativos é essencialmente interdisciplinar e pode ser integrado com diferentes disciplinas.

Frederico (2016) se baseia em Serafini (2010; 2015) e apresenta um modelo para a análise de livros ilustrados que pode ser utilizado no contexto educativo para incentivar o letramento multimodal.

Quadro 2 - Níveis de análise

Perceptivo	Estrutural	Ideológico
Análise básica, com ênfase no sentido literal do signo, sua identificação e nomeação	Análise da gramática funcional que o texto é composto, considera as relações intermodais	Análise do contexto sociocultural, quando a obra foi criada e quando é lida
Exploração do que está imediatamente aparente na narrativa, os signos que constroem a história	Como as modalidades criam a representação? Como interagem na construção da narrativa? Quais são os significados potenciais?	Relacionar os elementos presentes no texto com outros que não estão aparentes (sistema de poder, contexto histórico, processo de produção)

Fonte: Adaptado de Frederico (2016)

O modelo em 3 níveis possui combinação cujo objetivo é trabalhar a competência do leitor em diferentes linguagens ao realizar uma leitura crítica do texto e de suas modalidades. Tal modelo pode ser utilizado para textos impressos e digitais, observando-se a diferença entre os processos de produção e recepção e as habilidades envolvidas. Além disso, adaptações podem - e devem - ser realizadas pelo mediador para o nível dos alunos, com desafios progressivos.

As crianças se relacionam com o livro diferente dos adultos, com vivências e visão do mundo particulares, são “seres educáveis” e possuem potencial de formar conhecimento pela literatura infantil. Fleck, Cunha e Caldin (2016) comentam que para despertar o interesse das crianças a narrativa precisa evitar descrições longas, ter discurso direto, diálogo envolvente, ilustrações interessantes, diagramação adequada para cativar e final feliz, pois no início do

desenvolvimento, as crianças preferem histórias com a sensação de final. Logo, o texto infantil deve oferecer múltiplas possibilidades de interpretação e interação, sem ser moralista ou didático, mas sim estimular o desenvolvimento da imaginação e, por consequência, a criatividade.

A apresentação de livros interativos na infância faz com que a leitura seja brincadeira, mistura de prazer e descobrimento da habilidade leitora. Existem livros especiais para bebês, o público da gestação até os 3 anos, com estética literária própria, apesar de não necessariamente interativa. Esses materiais podem ser considerados um contato inaugural com o mundo, são obras comumente cartonadas e de materiais como plástico e tecido, além de serem mais resistentes e com bordas arredondadas. Sua abordagem literária visa formar laços entre a criança e seus responsáveis, bem como aguçar sua curiosidade e percepção, ao proporcionar um contato brincante para o seu desenvolvimento no momento que a criança inicia suas primeiras leituras (Medeiros, 2022).

Figura 10 - Livro em tecido.



Fonte: “Os animais e as diferenças”, Mendonça (2022)

Retomando, o livro interativo foi denominado como infantil pelo mercado editorial, com isso possui liberdade para trabalhar novos espaços estéticos e releituras do mundo no processo de aprendizagem, interpretação e adaptação do universo por meio de linguagens. Então, apesar do livro interativo e da literatura infantil serem “indissolúvelmente ligados”, o livro-objeto não é sempre infantil. O diálogo entre texto e leitor não é exclusivo da criança, mas também é do adulto, que renova seu “interesse no mundo e [em] seus possíveis recursos ficcionais” (D’Angelo, 2013, p. 37). Isso porque o livro interativo é suporte à ampliação da imaginação e das experiências sensoriais do leitor, o que proporciona envolvimento total na leitura.

A arte é a interação do sujeito com o universo, com o outro e consigo mesmo. Sua construção e expressão mudou ao longo da história, logo, não existe obra fora de seu contexto, pois a arte é prática ética e social. Dessa forma, a arte sofre ação do meio e o influencia quando causa efeito nos indivíduos, pois se liga aos valores ideológicos do artista e só está completa na interação com o público. O mesmo acontece com a literatura, é obra social que precisa de alguém que a escreva e alguém que a leia. Arte e literatura são permanentes e seu conteúdo pode ser instrumento de mobilização social (Caldin, 2003).

O primeiro contato da criança com a arte acontece pelas ilustrações, que possuem papel de formar e educar o olhar, ampliar repertórios e construir um leitor crítico de textos e imagens. Além disso, completa a história e, inclusive, dá ao leitor a possibilidade de gerar novas histórias se sua relação com o texto for bem construída. Aqui entra a diferença entre livro com ilustração e livro ilustrado. No primeiro o texto é independente, não precisa de imagens para fazer sentido e elas só reproduzem a escrita. No segundo - livro-álbum, *picturebook* e outros - texto e imagem estão no mesmo nível de importância, não existe hierarquia entre eles, ou seja, o texto narra e a imagem descreve e representa, há uma combinação e interdependência entre a comunicação visual e verbal. Nessa integração entre linguagens a ilustração predomina, mas o texto escrito não é secundário e o projeto gráfico também é importante e faz diferença no resultado, a diagramação, por exemplo, não é padrão e pode ter uma diversidade infinita de arranjos para expressar a intenção do autor, ilustrador e editor. Então, o livro ilustrado vai além da separação entre texto e imagem, mas existe no diálogo entre elas e o projeto gráfico, são três línguas trabalhando juntas. O livro interativo, por sua vez, amplia esse ecossistema ao incluir características sonoras, cinéticas, gestuais e/ou outras (Fleck; Cunha; Caldin, 2016; Frederico, 2016).

Costa e Fujino (2022) apontam que a vivência sensorial do livro físico é diferente do virtual para as crianças, toda a relação com o corpo, o manuseio, a contação de histórias e o aconchego com os pais proporcionado muda. Os autores comentam que o uso dos eletrônicos podem ser prejudiciais para o desenvolvimento pleno dos infantes e é importante que as vivências reais venham primeiro, com o manuseio do livro impresso, pois na leitura é estimulada a curiosidade para descobrir o que vai acontecer na história ao virar das páginas.

Segundo os autores, “a leitura do livro em papel e digital são processos diferentes, insubstituíveis e complementares, onde cada um deles tem sua importância na vida dos indivíduos” (2022, p. 6), haja vista que a leitura tradicional e a digital exigem habilidades e geram estímulos diferentes em seus leitores. Assim, apoiam que a coleção de uma biblioteca

deve ser híbrida para atrair a comunidade e a figura do bibliotecário deve ser ressignificada, pois a biblioteca deve propor indagações para instigar a formação do leitor crítico na criança.

Nesse quesito entra o papel das bibliotecas públicas, que devem também atender as crianças com espaço adequado, de fácil identificação e distinto do restante da biblioteca. A biblioteca escolar também pode ser considerada como o ambiente ideal para apresentar a leitura como atividade natural e prazerosa, sendo, para algumas crianças, a única oportunidade de acesso a livros não didáticos. Caldin (2003) retoma o problema da ausência de bibliotecas nas escolas públicas e, quando existentes, sobre a falta de bibliotecários ou com acervo precário, em geral e especialmente com uma coleção pequena de livros infantis.

A autora aponta a necessidade de um bibliotecário educador e disseminador de leitura, que se preocupa com a quantidade de dogmatismo na literatura infantil. Tal comentário reforça a importância do Desenvolvimento de Coleções e do processo de seleção de livros de qualidade, que proporcionem a reflexão, estimulem a imaginação, refinem o senso estético, tragam questionamentos, sejam lúdicos e acrescentem algo na experiência de leitura. Separando, assim, o didático, o informacional e o lúdico, com ênfase para textos que aguçam o senso crítico da criança.

O bibliotecário possui funções reconhecidas na promoção da leitura e, para tanto, deve ser leitor e mediador capaz de apresentar o universo dos livros e convidar os potenciais leitores de forma prazerosa e envolvente. A mediação pode carregar uma visão crítica da realidade, se a proposta for de indagação e do pensamento autônomo; e o mediador auxilia no processo de apropriação e interpretação do texto, sendo que mediar é tão importante quanto disponibilizar o material (Fleck; Cunha; Caldin, 2016).

Existem algumas competências para ser mediador que Fleck, Cunha e Caldin (2016) comentam:

[...] **ser leitor ativo**; conhecer as teorias da leitura; valorizar as narrativas orais; viabilizar o acesso à informação em seus **diferentes suportes**; conhecer as políticas públicas para o livro e a leitura; estar atento às multiplicidades culturais; estabelecer relações afetivas com o leitor; trabalhar em equipe; estabelecer parcerias; ter competências aplicadas às TIC; conhecer e utilizar as ferramentas da Web 2.0; buscar educação continuada (p. 195-196, grifo nosso)

Nas competências mencionadas, o destaque é para o bibliotecário como leitor ativo que conhece bem a coleção de sua unidade e a literatura infantil, com suas características e peculiaridades.

A seguir, a Biblioteca Monteiro Lobato servirá como exemplo de espaço pensado para o público infantil e juvenil; seu material foi consultado para comentar sobre as características e tipologias dos livros interativos.

2.2 Características e tipologias do livro interativo

O livro interativo, como definido anteriormente, abarca livros tridimensionais, com modificação de design, com interação mental com o leitor e também em formatos híbridos. Há uma extensa variedade de tipologias, sendo que o gesto imaginativo é mais interativo do que o gesto mecânico - apertar botões com sons, por exemplo. O mesmo vale para obras com instruções, tendo em vista que a resposta inventiva do leitor é mais importante do que o movimento físico de abrir, puxar ou seguir a indicação do livro (Medeiros, 2022).

Sobre as nomenclaturas, vindas de diferentes autores e reunidas por Medeiros (2022), podemos citar: livro-teatro, livro-cenário, livro-brinquedo, livro com técnicas mistas (figura 12 e 13), livro-fantoches, livro dobrável, livro-carrossel, livro *pop-up* (figura 14 e 15), livro com textura (figura 16), livro-silhueta, livro-túnel, livro perfurado/cortado/vazado, livro de tiras/fatiado (figura 17 e 18), livro com abas para puxar/levantar (figura 19 e 20), livro acordeon/sanfona (figuras 21 e 22), livro-panorama, livro-máscara, livro-travesseiro, livro de banho, livro de virar (*flipbook*), livro com óculos 3D, livro que brilha no escuro, livro com glitter, livro-caixa, livro-diorama, livro-relógio, livro-card, livro com gravador/microfone/lanterna, livro-projeção, livro com luzes, livro com fragrância, livro com botão/adeseivo (figura 23), livro-tabuleiro, livro giratório, livro para raspar, livro quebra-cabeça, livro *step-inside*, livro com ranhuras, livro com presentes e entre muitos outros. Categorizar realça um traço lúdico de sua arquitetura, porém eles podem se misturar.

Para exemplificar, foi realizada uma visita à Biblioteca Monteiro Lobato. Os livros interativos estão espalhados na parte de preservação, na seção infantil e na sala da primeira infância, lá são conhecidos como livros-brinquedos.

Figura 11 - Livro com dobraduras. Todos os animais tiveram seus sons/vozes trocados, mas a girafa fez tudo voltar ao normal com seu cocoricó.



Fonte: “A girafa que cocoricava”, de Keith Faulkner (2001). Acervo pessoal da autora

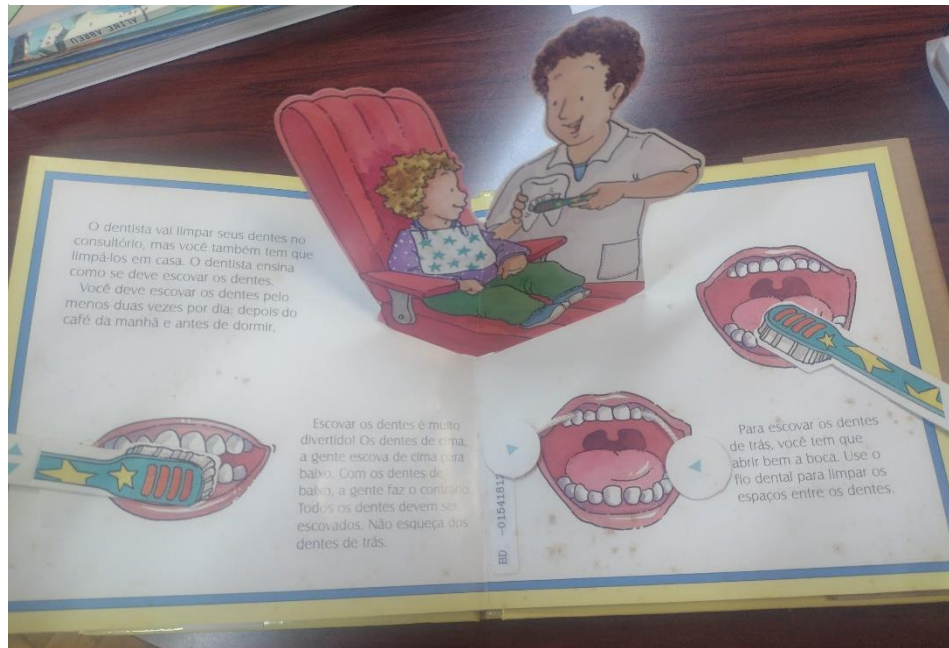
Figura 12 - Dobradura dos animais.



Fonte: “A girafa que cocoricava”, de Keith Faulkner (2001). Acervo pessoal da autora

Figura 14 - Livro pop-up.

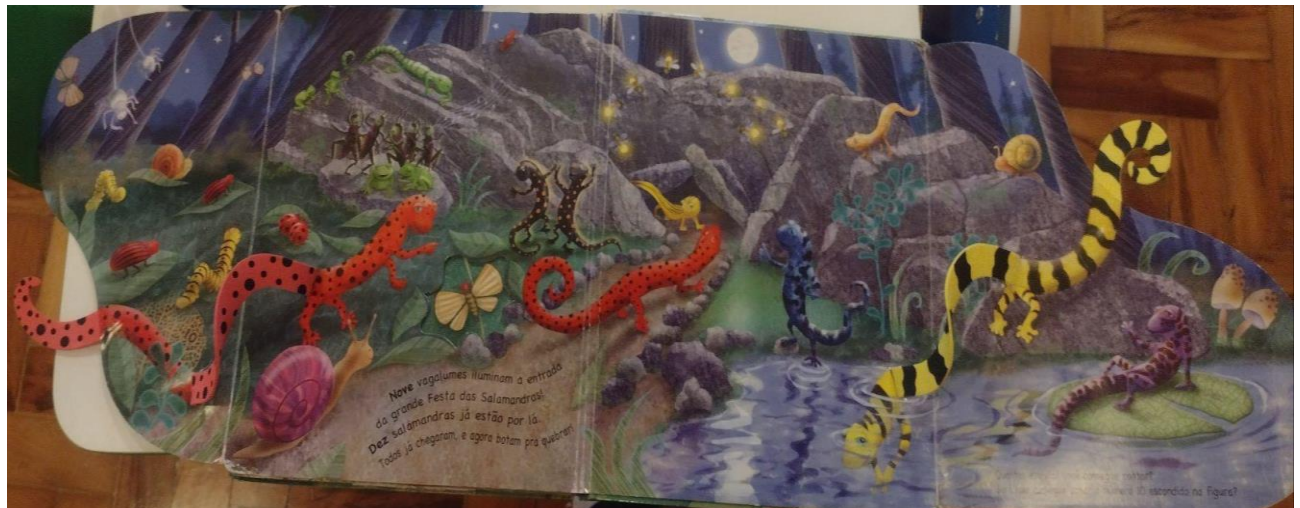
Contém figuras com quais os leitores interagem e se movem, explicando ida ao dentista.



Fonte: “Eu vou ao dentista”, de Maxie Chambliss (1997). Acervo pessoal da autora.

Figura 13 - Livro pop-up com E.V.A. e páginas que se abrem.

As salamandras estão animadas e se encontram para a grande festa.



Fonte: “A festa da Salamandra”, de Matt Mitter (2008). Acervo pessoal da autora.

Figura 16 - Livro com textura, apresentando os animais.



Fonte: “Bichinhos fofinhos”, de Charlie Gardner (2012). Acervo pessoal da autora.

Figura 15 - Livro com páginas em três partes, as quais podem ser divididas com combinações que criam novas figuras e situações.



Fonte: “Conte e reconte: animais”, com tradução e adaptação de Mônica Costa (2015). Acervo pessoal da autora.

Figura 18 - Combinação diferente.



Fonte: “Conte e reconte: animais”, com tradução e adaptação de Mônica Costa (2015). Acervo pessoal da autora.

Figura 17 - Livro com abas. Mostra um gatinho procurando os amigos.



Fonte: “Cadê? Achou! gatinho listrado” de Dawn Sirett (2018). Acervo pessoal da autora.

Figura 20 - Ao mover a aba da casinha para o lado, o cãozinho é encontrado.



Fonte: “Cadê? Achou! gatinho listrado” de Dawn Sirett (2018). Acervo pessoal da autora.

Figura 19 - Livro-imagem em formato de sanfona. Um lado ilustra o movimento da cidade, o outro conta sobre sua história



Fonte: “Manaus”, de Irena Freitas (2019). Acervo pessoal da autora.

Figura 21 - Texto e ilustrações sobre a cidade.



Fonte: “Manaus”, de Irena Freitas (2019). Acervo pessoal da autora.

Figura 22 - Livro com sons, texturas e abas



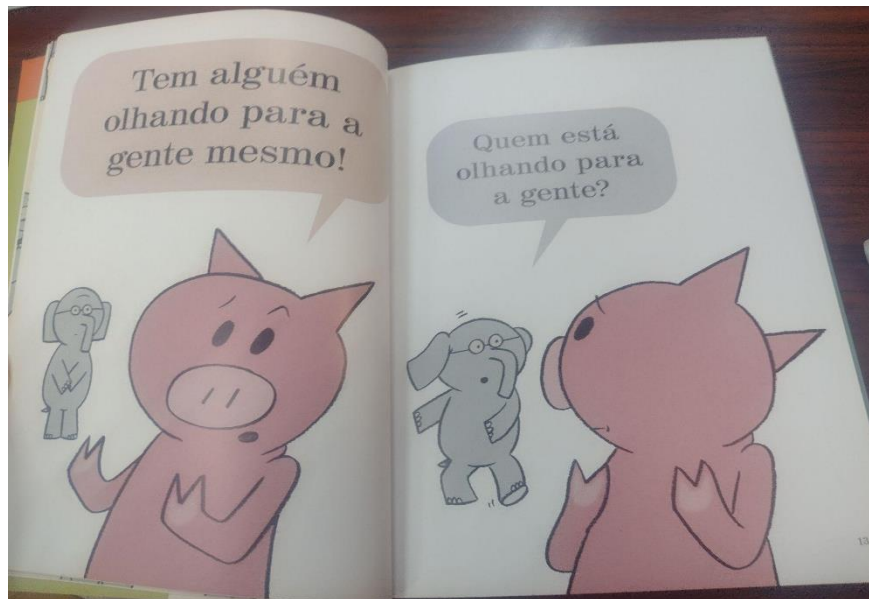
Fonte: “O grande livro dos animais”, de Mark Oliver (2007). Acervo pessoal da autora.

Ainda sobre as características dos livros interativos, existem os níveis de abertura. Uma obra aberta é aquela que, mesmo finalizada por seu criador-autor, pode ser interpretada de diferentes formas por cada indivíduo. Isso porque cada um possui uma visão de mundo, conhecimento prévio, personalidade, interesses e expectativas, ou seja, apesar de finalizada e única, a obra ainda é aberta e múltipla através da exploração e descoberta do leitor. O sujeito leitor é ativo na interpretação e desfruta da liberdade de intervenção consciente promovida pela obra aberta, sendo que o nível de interação e abertura depende de sua estrutura, poética, processo criativo, estética e relação com o receptor, isto é, o potencial interativo vem dos estímulos provocados pela constituição da obra. Apesar disso, o nível de interatividade também depende do leitor e de sua percepção diante do objeto livro, o modo como lê e brinca pode ter diferentes dimensões e significados (Medeiros, 2022).

A abertura do grau 1 é a interação interpretativa. A atividade mental pode ser na construção do texto ou quando o narrador conversa com o leitor, o estímulo para a interação é visual. O livro-álbum, uma das categorias, possibilita que leitores de diferentes competências o aproveitem, além de ampliar o acesso à literatura e construir habilidades de leitura crítica e reflexiva, pois possui diferentes elementos para compreensão. Outro destaque do livro-álbum são seus finais abertos, que não concluem, mas perguntam; a obra pede que o leitor olhe suas aberturas para construir significados. Apesar disso, por ter instruções mais diretas, a tipologia de grau 1 não abre tanto espaço para percepções diferentes do que foi proposto (Medeiros, 2022; Gutfreund, s.d.).

No exemplo abaixo, “Estamos em um livro” de Mo Willems (2022), faz parte da coleção “O elefante e a porquinha”, pensada para crianças em processo de alfabetização. Os personagens interagem com o leitor, brincam com ele e não querem que o livro acabe.

Figura 23 - Elefante e porquinha descobrem que tem alguém olhando para eles.



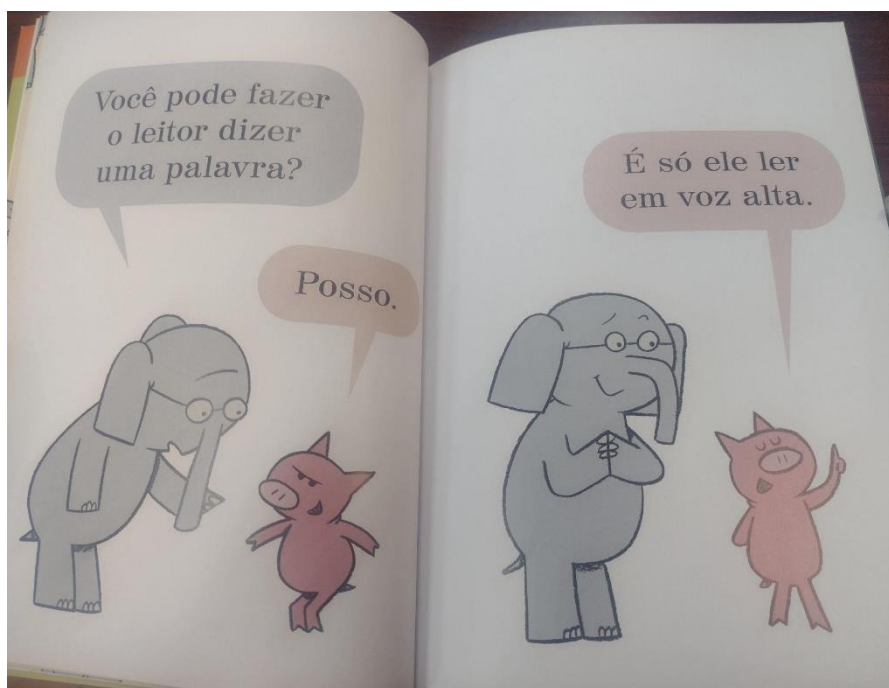
Fonte: “Estamos em um livro (*O elefante e a porquinha*)” de Mo Willems (2022)
Acervo pessoal da autora.

Figura 24 – Elefante e porquinha descobrem que estão em um livro e a porquinha fica animada, o elefante fica chocado.



Fonte: “Estamos em um livro (*O elefante e a porquinha*)” de Mo Willems (2022)
Acervo pessoal da autora.

Figura 25 - Os personagens brincam com o leitor e fazem ele dizer uma palavra por meio da leitura em voz alta. No fim, ficam tristes porque o livro acabou. Pedem para que o leitor releia.



Fonte: “Estamos em um livro (*O elefante e a porquinha*)” de Mo Willems (2022)
Acervo pessoal da autora.

No grau 2 a interação é tátil e física, estimula a teatralização e os sentidos. São sobre essas obras que este trabalho dá ênfase, aquelas com abas, cortes, furos, dobras, formatos variados, pop-up e tiras. A maioria possui mais de um recurso de expressão - mistura técnicas e materialidades -, mas o simples também pode provocar diferentes significados de acordo com a apropriação do leitor. É importante que as interações com o leitor não sejam mecânicas, para que exista abertura instigante ao imaginário com experiências sinestésicas (exploração dos órgãos sensórios ao virar o livro, por exemplo). Por suas características e produção trabalhosa, o livro interativo geralmente custa acima de 45 reais - inacessível para muitas pessoas (Medeiros, 2022).

Como exemplo de mistura de técnicas e materialidades, há “A incrível fuga da cebola”, de Sara Fanelli (2012). O livro apresenta uma cebola que tem sonhos e não quer que aconteça com ela o que acontece com as outras cebolas, ser frita. O leitor a solta pouco a pouco e no final a cebola fica livre, vira brinquedo. Para conseguir ajuda do leitor a cebola faz perguntas para ele sobre quem é, sobre o tempo, e até mesmo cita o Navio de Teseu ao comentar sobre lembranças e pensamentos. A proposta é que o leitor desenhe e escreva no livro. É sugerido pela editora que a leitura seja feita entre 5 e 9 anos, porém contém questionamentos diversos

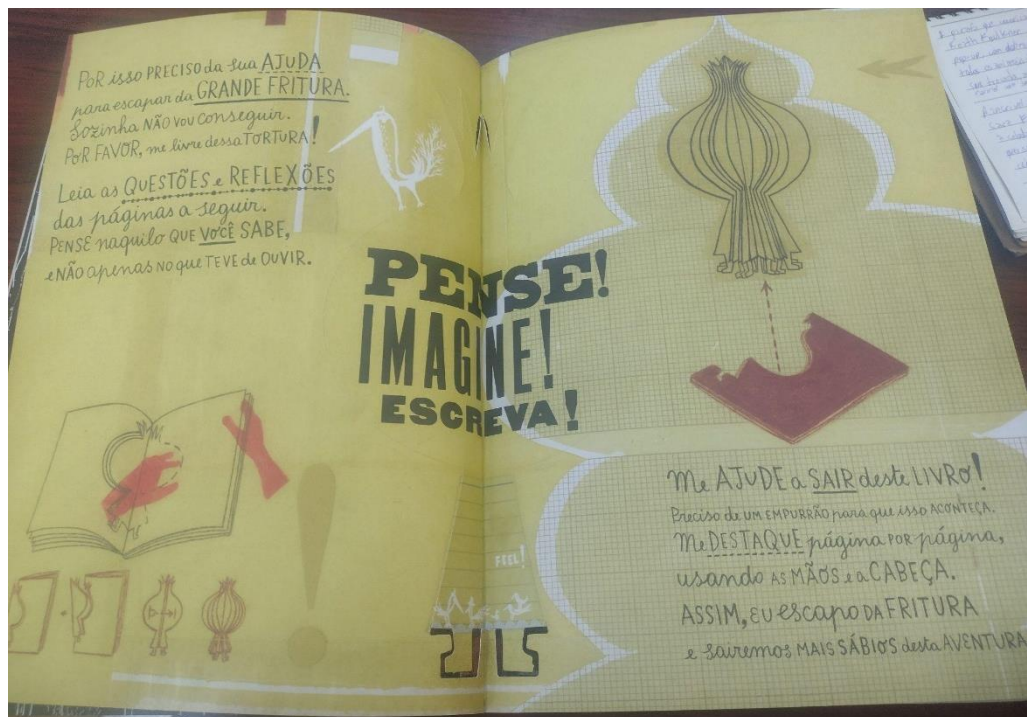
que podem ser respondidos em qualquer idade e a cada leitura vai ser diferente, a cebola estando lá ou não.

Figura 26 - A cebola se apresenta para o leitor.



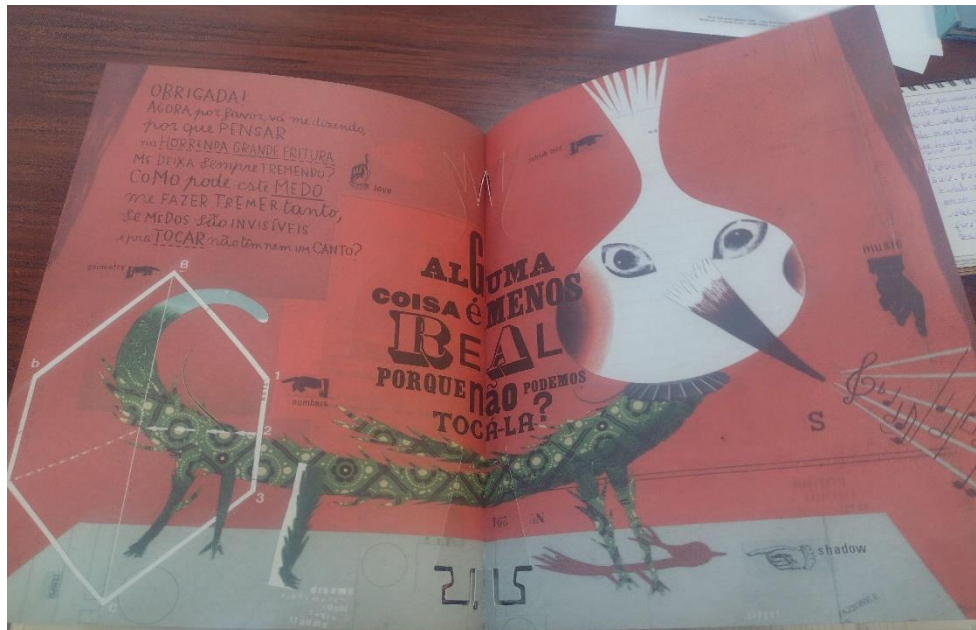
Fonte: “A incrível fuga da cebola” de Sara Fanelli (2012). Acervo pessoal da autora.

Figura 27 - A cebola pede ajuda do leitor para se soltar e ser livre. Faz perguntas a ele



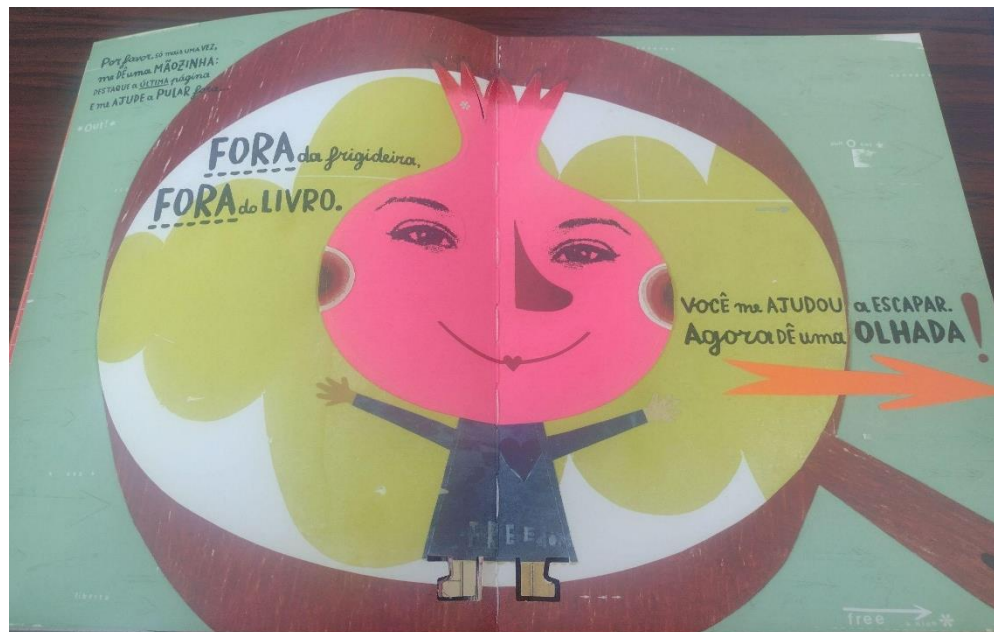
Fonte: “A incrível fuga da cebola” de Sara Fanelli (2012). Acervo pessoal da autora.

Figura 28 - A cebola comenta sobre seu medo de ser frita e conversa sobre isso com o leitor.



Fonte: “A incrível fuga da cebola” de Sara Fanelli (2012). Acervo pessoal da autora.

Figura 29 - Com a ajuda do leitor, a cebola consegue escapar do livro. Quando termina de ser destacada, ela se torna um brinquedo de papel, companheira para todos os moentos.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Por fim, Medeiros (2022) cita a abertura de grau 3 são os livros híbridos, que possuem imersão no digital de alguma forma. As obras totalmente digitais pertencem a outra categoria, dos livros digitais. Tais obras podem auxiliar na alfabetização pela possibilidade de acompanhar o texto escrito com a narração realizada por profissionais, sendo que ler em voz alta ajuda na aquisição de competência literária, pois trabalha a relação entre o som e a escrita e desenvolve a consciência fonológica contextualizada em uma história. Assim, a interatividade reforça os aspectos lúdicos da narrativa ao incluir a participação do leitor (Frederico, 2016).

“Pequenos grandes contos de verdade”⁴, de Oamul Lu (2015) é um livro-aplicativo que apresenta três histórias reais sobre solidariedade, com um urso, pinguins e o Papai Noel. O livro possibilita que o leitor grave sua narração, o que pode gerar maior ligação emocional entre a criança e o co-leitor (pais e professores) do que uma gravação pronta. Outra alternativa é a criança fazer o caminho inverso, gravar conforme decodifica o texto escrito e acompanhar seu progresso.

Assim, os livros podem proporcionar a manipulação de seu objeto mesmo sem possuírem partes móveis na arquitetura, se forem mais teatralizados e brincantes. A exploração da materialidade e a experimentação da linguagem podem ser de infinitas maneiras para diversificar a participação do leitor.

4 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OTt7-_JF7DM. Acesso em: 14 fev. 2024.

3. DISCUSSÃO

Como apresentado durante a monografia, o livro interativo pode ser parte fundamental para o sujeito leitor, criança ou não. Porém, seu espaço nas bibliotecas públicas e escolares não é reconhecido como poderia ser.

O desenvolvimento de coleções deve ser pensado conforme as necessidades e interesses da comunidade que atende, assim sendo, qual comunidade é atendida com o livro interativo? Leitores e não leitores de todas as idades, desde os bebês que podem descobrir cores, formas e sons - sozinhos ou acompanhados -, passando por crianças - alfabetizadas ou não -, jovens e adolescentes - estes que talvez tenham perdido ou nunca descoberto do interesse na leitura -, até os adultos, que na leitura acompanhada ou não, podem aproveitar um momento de diversão que faz pensar e redescobrir o lúdico. Desde o início da infância e nas escolas o livro interativo pode ter lugar como leitura prazerosa e também educativa, principalmente se utilizado na sala de aula. Para os outros leitores, pode ser momento de rápida distração, descontração e até mesmo reflexão, por ser geralmente curto. Também pode ser aproveitado por aqueles que possuem dificuldades com a leitura, por suas imagens marcantes que constroem a história e abrem espaço para a subjetividade e interpretação.

A mediação também é importante nesse processo, o auxílio ao leitor na descoberta de pontos escondidos que precisam de atenção, em como desvendar o objeto-livro e ler de modo ativo. Isso porque o livro interativo precisa que o leitor se entregue à leitura, leia ativamente com o corpo, brinque e explore a materialidade para ser melhor aproveitado, pois seu significado e aproveitamento vai depender da subjetividade e vivências de cada leitor.

Uma coleção de livros interativos deve ser formada seguindo as etapas do Desenvolvimento de Coleções. É importante pesquisar e entender a comunidade desde o início, pois esse passo guia o restante do processo. A etapa de seleção é a próxima, com o uso de instrumentos auxiliares como o catálogo de editoras e recomendações dos especialistas – como pesquisadores sobre a infância, sobre livros literários, sobre a psicologia da leitura e demais assuntos relevantes à comunidade - e frequentadores, além disso, o ideal é que a instituição forme uma comissão de seleção para que o processo abarque as obras mais adequadas para o público. Mais do que isso, a biblioteca pode ter setor próprio para cuidar do Desenvolvimento de Coleções, a depender de seu tamanho. Sabe-se que a realidade é outra e muitas vezes o bibliotecário executa sozinho ou com pouco apoio as atividades da biblioteca, tão pouco conta com comissão de seleção e por vezes é o único funcionário do local. O bibliotecário, em

colaboração com a comissão ou não, precisa elaborar um planejamento coerente de obras a serem adquiridas segundo as demandas da comunidade, pois atua como conexão entre o usuário e o acervo. Como nesta monografia a proposta é apresentar um panorama, não é possível detalhar particularidades ou elaborar uma política para os livros interativos, pois estas devem ser observadas na instituição de aplicação do Desenvolvimento de Coleções.

Apesar disso, alguns critérios de seleção para livros interativos podem ser sugeridos. Inicialmente, o lado estético da obra - sua materialidade e design - é fator importante, mostra como o livro foi pensado e, a depender das ilustrações, cores, tipo de papel e formato, podem estimular mais ou menos a criatividade e interação. Sobre a interação, apesar da mediação ser importante em alguns casos, principalmente para crianças não alfabetizadas, seu espaço é fundamental para a aproximação e acolhimento entre os responsáveis e a criança, que também deve ter liberdade para tocar, morder e brincar com o livro conforme sua vontade. Nem todos os livros interativos são resistentes, porém devem ser manipulados sem receios por parte dos responsáveis (e por consequência, das crianças), pois esse encontro com o corpo é seu diferencial e o receio de rasgar, pintar, escrever e carregar consigo impacta a experiência leitora. Outro fator importante é a temática, que deve ser escolhida com diversidade, por sua contribuição informacional e segundo as necessidades da biblioteca, considerando o acervo, a instituição e a comunidade. Além disso, deve-se pensar no custo e quantidade para aquisição, pois livros interativos podem ser encontrados tanto por preços acessíveis quanto por valores elevados, a depender de seu material, local de compra, editora e autor.

Para a aquisição é importante se atentar aos critérios de seleção estabelecidos na política de Desenvolvimento de Coleções, pois com eles serão estabelecidos limites para o crescimento da coleção que garante diversidade e qualidade para o acervo. Por fim, é necessário avaliar a coleção completa e qual seu objetivo, assim é possível identificar pontos a serem desenvolvidos e melhorados, obras para desbaste, novas demandas e mais. Sobre o desbaste deve-se avaliar a demanda e condições físicas do material, com um olhar atento para obras que precisam ser doadas, descartadas ou somente de reparo (e qual seu custo).

A Biblioteca Monteiro Lobato possui uma ampla coleção de literatura infantil e juvenil, contendo diversos livros interativos - alguns deles utilizados como exemplos. É interessante notar que a biblioteca guarda alguns na seção de preservação e outros estão expostos para o manuseio e o empréstimo pela comunidade, inclusive na sala da primeira infância, espaço privilegiado para as mães e seus bebês. Tal divisão foi pensada para a sua comunidade e também para a preservação das obras. Dessa forma, no recebimento de doações e compras, idealmente pedem 2 exemplares de cada obra, um para empréstimo e outro para preservação. Esta política

permite manter a história da literatura infantil presente e também o seu descobrimento pelos visitantes, que podem acessar livros recentes e antigos.

Portanto, na composição de uma coleção interativa é importante pensar em como o material será acessado. As obras devem estar disponíveis para todos que desejam conhecer, consultar, emprestar. Tal acesso pode desgastar as obras com o tempo, então deve-se avaliar as condições físicas na avaliação geral anual (pode ser feita no inventário, por exemplo) ou mesmo no dia a dia, com o manuseio rotineiro; e planejar o orçamento para possíveis reposições e gastos com reparos, além de obras novas. Essas constatações devem ser feitas de forma particular em cada instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma coleção é a reunião de documentos informacionais conforme os objetivos da instituição, é a parte mais atrativa da biblioteca, que cativa e estimula quem a conhece em sua qualidade e diversidade de materiais. Diferentes termos são usados para definir o processo de desenvolvimento e crescimento da biblioteca, como gestão de coleções, gestão de estoques de informação, seleção de livros, construção de coleções, desenvolvimento de acervo e desenvolvimento de coleção.

O Desenvolvimento de Coleções é um processo cíclico e ininterrupto com etapas que podem - e devem - ser adaptadas para cada contexto. Tal processo deve ter por base uma política conforme as demandas internas da instituição (objetivos e missão da biblioteca) e externas da comunidade, como questões culturais, informacionais, educativas e de lazer de seus usuários, além de servir como um guia detalhado para orientar a tomada de decisões quanto aos recursos. Para tanto, é necessário um diagnóstico detalhado que engloba o estudo da comunidade.

Entre as perguntas que a política de Desenvolvimento de Coleções se propõe a responder, é possível destacar: o que selecionar, por que e para quê? Um dos objetivos principais é a identificação das demandas da comunidade para promover o uso máximo do acervo, com a avaliação constante (não só material, mas do processo), para manter a qualidade e a correspondência à necessidade de informação. No caso da seleção de obras para crianças, é importante que o bibliotecário entenda o que seu público gosta de ler e se mantenha atualizado com o mercado editorial e com premiações para essa tipologia.

Retomando, as etapas envolvem o planejamento e elaboração de políticas, análise de pontos fortes e fracos da coleção, seleção e aquisição de materiais, manutenção da coleção - sem esquecer o desbaste -, administração do orçamento, contato com o usuário, compartilhamento de recursos entre bibliotecas e, por fim, avaliação do Desenvolvimento de Coleções em seus detalhes. Além disso, as particularidades de cada instituição, seja biblioteca pública, escolar ou outra, devem ser observadas para que o acervo seja pensado e adequado para cada realidade.

O livro interativo pode ser encaixado como parte de uma coleção ou ter seu próprio espaço. Isso porque a proposta do livro interativo brinca com o leitor por meio da materialidade e do imaginário, incentiva a leitura (cria)tiva e a experimentação, com variáveis características estéticas. Ou seja, a interação acontece natural e simples por meio do manuseio. Entre seus nomes estão: livro vivo ou livro animado e livro-objeto, subdivididos em livro pop-up, livro-brinquedo, livro-teatro, livro-poema e entre outros. E o bibliotecário, como educador e

disseminador da leitura, pode (e deve) mediar a interação livro-leitor para auxiliar no processo de apropriação e interpretação do texto, além de estimular o pensamento crítico e autônomo.

Por fim, podemos observar que o livro interativo se encaixa com facilidade na biblioteca escolar e pública, além de trazer novidade e ludicidade para o acervo. Também é um material que desperta a curiosidade de pessoas em todas as idades e estimula a leitura brincante e ativa.

Esta é uma pesquisa preliminar sobre o assunto discutido. A literatura biblioteconômica nacional não associa o desenvolvimento de coleções com o livro interativo, assim, este estudo pode incentivar uma nova via para futuras investigações na área da Biblioteconomia, sob a base do Desenvolvimento de Coleções e o objeto livro interativo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Niliane Cunha de; CARVALHO, Telma de. Formação e desenvolvimento de acervos em biblioteca escolar como recurso para promover a competência informacional infantil: importância, desafios e perspectivas. **Bibl. Esc. em R., Ribeirão Preto**, v.8, n.1, p. 22-41, 2022. Acesso em: 28 de junho de 2023.
- ALENCAR, José Salmo Dansa de. Classificações do livro ágrafo e sua leitura: o livro infantil. **Revista Educação Pública**, 2018. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/9/classificacoes-do-livro-agrafo-e-a-sua-leitura-o-livro-infantil>. Acesso em: 27 de agosto de 2023.
- ANDRADE, Lucas Veras de; MELO, Ana Caroline Viana de. Um diálogo entre a vida real e a literatura infantojuvenil: uma experiência de leitura na perspectiva da produção de sentidos. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 6, n. 1, p. 162-173, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/67378>. Acesso em: 14 de maio de 2023.
- BETTOCCHI, Eliane; KLIMICK, Carlos. Estratégia RPG: escrita e leitura através de narrativas e livro interativos. In: Jackeline Lima Farbiarz; Alexandre Farbiarz; Luiz Antonio L. Coelho. (Org.). **Os lugares do design na leitura**. 1 ed. Teresopolis: Novas Ideias, 2008, p. 149-196.
- CALDIN, Clarice Fortkamp. A função social da leitura da literatura infantil. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 47-58, 2003. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/214035>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.
- CHAMBLISS, Maxie. **Eu vou ao dentista**. Ilustração Maxie Chambliss. Rio de Janeiro, Salamandra, 1997.
- CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. **Gestão de estoques de informação: novos termos e novas posturas para um novo contexto**. São Paulo: FEBAB, 2016. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/1533>. Acesso em: 5 de setembro de 2023.
- COSTA, Paulo Sérgio Ramos da; FUJINO, Asa. O usuário infantil na biblioteca pública: reflexões sobre critérios para o desenvolvimento de acervo. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.18, p. 01-25, 2022. Acesso em: 6 de junho de 2023.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Rio de Janeiro: Briquet de Lemos, 2008.
- D'ANGELO, Biagio. Entre a materialidade e imaginário: atualidade do livro-objeto. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p. 33-44, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/19446>. Acesso em: 27 de agosto de 2023.
- FANELLI, Sara. **A incrível fuga da cebola**. Ilustração Sara Fanelli. Tradução Elza Mendes. São Paulo: Ática, 2012.

FAULKNER, KEITH. **A girafa que cocoricava**: um livro com dobraduras. Ilustração Jonathan Lambert. Tradução Iran de Souza. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2001.

FIUZA, Marysia Malheiros. Contribuições para a tomada de decisão no processo de seleção em bibliotecas. **Revista Escola de Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, n. 8, v. 2, p. 131-140, set. 1979. Acesso em 25 de julho de 2023.

FLECK, Felícia de Oliveira; CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da; CALDIN, Clarice Fortkamp. Livro ilustrado: texto, imagem e mediação. **Perspectivas em Ciência da Informação**; v. 21, n. 1, p. 194-206, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33369>. Acesso em: 27 de agosto de 2023

FREDERICO, Aline. O futuro do leitor ou o leitor do futuro: o livro infantil interativo e os letramentos múltiplos. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 26, n. 52, 9 jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/43553>. Acesso em: 14 de maio de 2023.

FREITAS, Irena. **Manaus**. Ilustração Irena Freitas. São Paulo: Edições Barbatana, 2019.

GARDNER, Charlie. **Bichinhos fofinhos**. Ilustração Victoria Palastanga. Tradução Fernando Nuno. São Paulo: Publifolhinha, 2012.

GENECHTEN, Guido van. **O que tem dentro da sua fralda?**. Ilustração Guido van Genechten. Tradução Vânia Maria A. de Longe. São Paulo: Brinque-Books, 2010.

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza. Na pauta de discussão: seleção de acervo em bibliotecas públicas e escolares. **Biblionline**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 110-123, 2019. Acesso em 10 de julho de 2023.

GOULART, Ilsa do Carmo Vieira. Entre a materialidade do livro e a interatividade do leitor: práticas de leitura. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**; v. 12, n. 2; p. 5-19, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/40135>. Acesso em: 14 de maio de 2023.

GUTFREUND, Dani. **Livro-álbum**: uma linguagem a ser decifrada. Disponível em: <https://www.lugardeler.com/artigos-dani-gutfreund-livro-album>. Sem data. Acesso em: 27 de agosto de 2023.

HILTON, Stephanie. Conte e reconte: animais. Ilustração Stephanie Hilton. Tradução e adaptação Mônica Rodrigues da Costa. São Paulo: Publifolhinha, 2015.

LEE, Suzy. **Espelho**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

LU, Oamal. **Pequenos grandes contos de verdade** (livro-aplicativo). Versão 1.1. Editora Caixote, 2015. Disponível para sistema iOS.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Intertexto, 2006.

MEDEIROS, Juliana Pádua Silva. **Trouxe a chave?:** as materialidades do livro interativo analógico na literatura de infância, um convite a abrir as portas da percepção. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2022. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/28885>. Acesso em: 18 de janeiro de 2023.

MEGGENDORFER, Lothar. *International Circus*. Ilustração Lothar Meggendorfer. Alemanha: J.F. Schreiber of Esslingen, 1887.

MENDONÇA, Alexandre. **Os animais e as diferenças**. Ilustração Alexandre Mendonça. Blumenau: Vale das Letras, 2022.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Gerenciamento de coleções em bibliotecas públicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.15, n.3, set./dez., 2019. Acesso em: 14 de maio de 2023.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; GALLOTTI, Mônica Marques Carvalho; CECATTO, Adriano. Desafios para a biblioteca pública no processo de planejamento da formação e desenvolvimento de acervo. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v.22, n.48, p. 15-26, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34473>. Acesso em: 2 de junho de 2023.

MITSKI. **Working for the knife**. Indiana: Dead Oceans, 2021 (2:38 minutos). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HYbXt4_r9Pw&ab_channel=Mitski. Acesso em: 03 de março de 2024.

MITTER, Matt. **A festa da salamandra**. Ilustração Karen Viola. São Paulo: Caramelo, 2008.

NAUDÉ, Gabriel. **Conselhos para formar uma biblioteca**. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 2016.

OLIVEIRA, Allana Ribeiro de. O processo de tomada de decisão na Política de Formação de Acervo na Biblioteca. **Rev. Bibliomar**, São Luís, v.17, n.1, p. 33-44, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/126552>. Acesso em: 14 de maio de 2023.

OLIVEIRA, Larissa Rosa de; OLIVEIRA, Emily Mendonça. Formação e desenvolvimento de acervos na biblioteca escolar: o papel do/a bibliotecário/a na aplicação da Lei 10.639/03. **Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação UFMG**, Belo Horizonte, n. especial, 2022. Acesso em 29 de maio de 2023.

OLIVER, Mark. **O grande livro dos animais**. Ilustração Mark Oliver. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

RIBEIRO, Maria Solange Pereira. Desenvolvimento de coleção na biblioteca escolar: uma contribuição à formação crítica sócio-cultural do educando. **TransInformação**, v. 6, n. 1/2/3, p 60-73, jan./dez. 1994. Acesso em 14 de maio de 2023.

SANTA ANNA, Jorge. O contexto organizacional e seus reflexos no desenvolvimento de coleções: um estudo à luz das diferentes modalidades de bibliotecas. **Revista ACB**, Florianópolis, v.22, n.1, p. 5-22, dez./mar. 2017. Acesso em: 1 de junho de 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007

SIRETT, Dawn. **Cadê? Achou!:** gatinho listrado. Ilustração Dawn Sirett. Tradução Ana Célia de Mendonça Goda. São Paulo: Publifolhinha, 2018.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, não paginado, abril 1993. Acesso em: 9 de julho de 2023.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Planejamento de coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989 (Coleção Palavra-Chave 1).

VERGUEIRO, Waldomiro dos Santos. **Bibliotecas públicas e mudança social: a contribuição do desenvolvimento de coleções**. 1990. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes, Departamento de Biblioteconomia e Documentação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **TransInformação**, Campinas, v. 24, n.3, p. 179-190, set./dez. 2012. Acesso em: 8 de junho de 2023.

WEITZEL, Simone da Rocha. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n.1, p. 61-67, jan./jun. 2002. Acesso em: 9 de maio de 2023.

WILLEMS, Mo. **Estamos em um livro!**. Ilustração Mo Willems. Tradução Luara França. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2015.